

13



REVISTA DO ENSINO

(ÓRGÃO OFICIAL DA INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO)

SUMARIO

DA REDAÇÃO:

	Pag.
O ensino primario	1

COLABORAÇÃO:

O trabalho manual em nossas escolas — Mariana Noronha Horta	3
---	---

NOTAS E COMENTARIOS:

A proposito do canto — Abel Fagundes	9
Da injustiça das notas nos ditados — Zilda Gama	11
Alfabetização e educação — Comunicado	12
O dia pan-americano — Comunicado	14

NOSSA EXPERIENCIA:

Dramatização — Zulmira de Queiroz Breiner	16
---	----

TRADUÇÕES:

	Pag.
A educação das crianças retardadas — Alice Descoedres	21

DAQUI E DALI:

O ensino primario em S. Paulo — Palestra pela prof. ^a Anna Silveira Pedreira	25
Cantos escolares — Levindo Lambert	29
As nossas estatisticas do ensino primario — Comunicado	35
O ensino primario no Amazonas — Comunicado	39
O ensino primario na Baía — Comunicado	43
O ensino rural no Ceará — Comunicado	48
A escola oportuna de Denver	50

REVISTA DO ENSINO
ÓRGÃO OFICIAL DA INSPETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO

N.º 210

87 - 88

Data 20-10-77

O ENSINO RURAL

O sr. Genadio Cavilanes acaba de publicar, em uma revista espanhola de Pedagogia, um interessantíssimo plano de reorganização do ensino rural.

Para a elaboração desse trabalho adotou como diretriz o seguinte lema: Escola rural, a melhor, o professor rural, o melhor.

*

O ensino rural, como tem sido compreendido e praticado até aqui, não poderá produzir os resultados que dêle se espera.

O provimento das cadeiras constitue uma séria dificuldade, que nem mesmo a equiparação dos vencimentos poude remover. E quando o provimento se efetua, nem sempre o professor encontra local apropriado para a sua escola.

*

Dando-se como vencidas todas as dificuldades, ainda ficaria dependendo de solução a cultura adequada do professor para regencia de escolas dessa natureza. A orientação que deveria presidir á ação do mestre, seria de encaminhar-se no sentido do melhor aproveitamento do ambiente rural — ambiente

em que as crianças vivem, e donde se originam seus interesses e aspirações.

A organização da classe, como em geral se faz, constitue um afastamento do meio, por desprezar o vastissimo material que se acha ás mãos do mestre.

O ensino livresco e inanimado faz das escolas rurais um centro de desestímulo e de aborrecimento.

*

O fim primeiro da escola rural é, sem duvida, habilitar os alunos a extrair o maximo proveito da natureza, melhorar-lhe a vida, orientando as suas atividades inteligentemente. A par destas finalidades, a escola ha de induzi-los á pratica da higiene, suscitando as suas necessidades de modo que procurem com suas proprias mãos a melhoria de sua existencia.

Se a escola rural não consegue isto, seria melhor que não existisse.

*

Podemos perfeitamente conseguir melhorar a escola rural. Cumpre que os professores adquiram uma orientação segura, compreendendo o meio em que vão agir. Confundir o ensino rural com o ensino urbano tem sido um dos defeitos principais dos professores.

*

Examinemos bem esta questão. Para o Brasil é uma questão vital.

COLABORAÇÃO

O Trabalho manual em nossas escolas

Mariana Noronha Horta

Não se pôde compreender como, em pleno prestigio da escola ativa, o trabalho manual seja tão apagado na vida dos grupos, tão desprestigiado, esperando que sobre tempo á alfabetização para que seja dado.

Não é apenas dos grupos o seu desprestigio. Os mais apaixonados entusiastas do nosso problema gabam-se, com uma certa displicencia, de que não entendem de trabalhos manuais. Dai, em parte, o seu lugar precario na vida escolar. Não raro, nos grupos, a professora de trabalhos é occupada em substituição de classe, com sacrificio de suas legitimas obrigações.

E é Lourenço Filho quem nos diz, com o seu prestigio de expoente maximo da pedagogia brasileira: "O problema da escola ativa é, em grande parte, o problema dos trabalhos manuais".

E Kerchensteiner, interpretando a expressão "Arbeitschule": "... escola em que se aprende pela experiencia do trabalho".

E acrescenta Lourenço Filho, ainda secundando Kerchensteiner: "Mas, si ha trabalho intelectual e trabalho manual, não ha duvida em que o trabalho intelectual isolado leva ás aberrações do verbalismo, da formação intelectualista pura, sem finalidade para as atividades normais, por um lado, e sem assento, por outro, na afetividade creadora e mobilidade natural da criança. *Donde ser o centro da ir-*

radiação da moderna didática o próprio trabalho com as mãos".

E notemos que Kerchensteiner prega em um país onde o povo já tem saturada disciplina de trabalho!

Latinamente sonhadores, nós, os brasileiros, que sofremos do habito de planos lindos, de projetos que não chegam a tomar vulto de realidade, precisamos, é claro, de mais escola de trabalho. Qual de nós, na sua fantasia idealizadora, nos seus vãos de imaginação, já não quebrou muita cesta de ovos?

Já se tem dito muita vez que será preferível que uma criança deixe a escola, analfabeta, mas levando uma bela noção do bem e uma bela capacidade de trabalho, do que uma inteligencia por demais esclarecida e a consciencia às escuras e braços cruzados.

Não precisamos lembrar aqui os crimes, grandes crimes inteligentemente perpetrados em plenos meios civilizados e cujos autores inteligentemente escapam á ação da justiça! Fruto talvez de inteligencia avivada pela escola, sem uma correspondente capacidade de trabalho.

E que diremos dos imaginosos, dos sonhadores inteligentes, incapazes de realizar senão utopias e que buscam "leis" protetoras dos que não sabem "agir" e sonham uma organização "ideal" em que os lucros surgirão como por encanto em suas mãos! E em nome de tais reivindicações, grandes crimes se praticam! . . .

Ha ainda o "aguia" na voz popular, o que lesa ou explora a bolsa alheia inteligentemente, com labia — o elegante Gil Braz.

Ha ainda os que lembra Corinto da Fonseca em seu livro "A Escola Ativa e os Trabalhos Manuais".

"Leiamos os nossos relatorios oficiais que até secularmente registram, com uma constancia infatigavel, planos lindos, projetos admiraveis, afirmações elevadas de aperfeiçoamento politico, moral, afirmações e até a hipocrisia de resultados não obtidos.

Que quer dizer tudo isso?

Quer dizer falta de educação verdadeira, falta de Escola Ativa. Quer dizer, falta de treino para as realizações".

De onde a necessidade coordenadora de idealização, e realização, de se dar ás atividades manuais na vida de nossas escolas lugar bem mais importante, de modo a garantir uma disciplina de trabalho necessaria ao equilibrio economico, ao exito individual e coletivo.

Mas, não é do trabalho um fim em si, precisamente, que nos deveremos ocupar. E' do trabalho um meio, do trabalho manual na sua accepção educativa, na sua vitalidade milagrosa, capaz de por si só engendrar a inteligencia, mas a inteligencia — ação, e não simples idealização.

E' do trabalho que coordena mobilidade e pensamento, engendrando essa disciplina, simultanea interna e externa, milagre moral, milagre de uma formação individual, evolutiva, plastica, adaptavel ás situações imprevistas de um movimento evolutivo constante, que devemos tratar.

Si o que o pensamento idealiza as mãos exteriorizam em relação; si as mãos se movem em obediencia ao pensamento e o pensamento está a serviço das mãos, eis o prodigio educativo que garante crescimento, mudança, evolução, escalada ás aspirações maximas que são o nosso ideal de cada momento.

Quando, na vida escolar, a criança entra em

completo agir? Quando se sente maravilhada, entusiasmada?

Quando a sua ocupação é manual e desejada?

E o seu agir, e o seu entusiasmo, aqui, garantem a evolução educativa, porque ela age identificada com a sua realização.

E' bem de ver que só a confecção desejada garante crescimento e não esse agoniado programa de remendar, serzir, costurar, cousas que empiricamente se aprendem em familia.

Substituímos assim a criança por um programa e não poderemos dizer aqui — trabalho manual educativo, trabalho manual um meio. O trabalho manual, assim dado, porque inteligencias medias se maravilham em cumprir um bonito programa de cousas necessarias á vida, e julgando ter resolvido o problema educacional, se extasiam ante essa proveitosa enumeração de cousas e ocupações, o trabalho manual assim concebido perde toda a sua vitalidade.

Não é a criança, o seu desenvolvimento, o seu crescimento que se têm em vista e, sim, limitadas ocupações domesticas, fechadas em lastimavel empirismo.

E como ativar na criança esse ideal renovador que garante o evoluir, estimulo provocador no encaço da perfeição, esse ideal que se substitue instante a instante, inatingivel, para que se renovem os esforços?

Pois, si uma conquista se nos prende ás mãos, um novo ideal nasce dessa conquista! Ou antes, é o ideal maximo que se nos afigura inatingivel. Elevase quando dele nos aproximamos para que a realidade tambem se eleve, sem se deixar tocar para que mais cresça a nossa ansia em atingi-lo e, com ela, o nosso esforço!

E' assim o carater plastico que a escola pode legar aos individuos para que se afirmem em uma sociedade movel, feixe de problemas legados pela experiencia e que geram problemas imprevisitos no seu movimento evolutivo; e não, passando em revista as ocupações da vida e dando-as pela escola como um dever rematado em si, como um fim, em suma, o que só cabe na mediocridade de inteligencias obtusas ou de apaticos, que fecham os olhos para não sentir a contingencia do progresso, porque exige maior esforço!

E' Charles Han, no seu livro "O Espirito e a Mão" quem nos prega: "A educação é o cultivo de todas as facultades do homem para o ponto culminante da ação". E nesse transcendente utilitarismo, sentimos todo o carater educativo das atividades manuais como um meio que nos leva a um fim — "cultivo de todas as facultades no seu conjunto: capacidade de pensar, capacidade de agir em obediencia a esse pensamento, e não punhado de ocupações que delimitam precario poder de agir.

Educar não é tão pouco entulhar a cabeça de conhecimentos, ou, mais amplamente, avivar a inteligencia, sem uma correspondente capacidade de trabalho efetivo. Educar é agir externa e internamente, concomitantemente. E agir implica o maximo de trabalho braçal, sobretudo em um país, como o nosso, onde o problema economico depende de braços; onde dormem riquezas latentes, potenciais, á espera do milagre dinamico que as faça aflorar; em um país onde sobra idealização e os braços se cruzam, como que paraliticos, como que em extase, ante maravilhosa beleza verde a acenar-lhe feiticeira, promissora, tanto bastará que sementeiras substituam os cardos, a vegetação perniciososa que enche os vazios entre a riqueza majestosa das florestas e campinas...

E sem economia, o que garantirá o erguimen-

to de nossa linha cultural, aspiração palpitante de cada consciencia nesse instante de pungentes desgostos?

E mais do que nunca fremente em nós o desejo incontido de sermos olhados como povos irmãos de outros povos, fugindo a essa aviltante situação de inferioridade de que nós mesmos fazemos alarde, proclamando-a, muita vez, impatrioticamente em coro com os outros povos!

E o progresso, e a beleza, e a alvorada libertadora só nos dará a escola, cristalizando os caracteres preparando a ação pela ação escolar e não entulhando cabeças.

O destino de um Brasil novo está nas mãos da professora primaria. Nenhum ideal ilegítimo, nenhum sofrimento pessoal, nenhum desejo de recompensa, deverá roubar-lhe a esse compromisso de honra, deverá quebrar o seu encantamento ante a criança; apagar a centelha viva a lembrar a cada momento a grande responsabilidade — o destino de um povo em suas mãos, em nossas mãos!

E educar pelo trabalho é disciplinar a consciencia — Horas tomadas pelo trabalho, espirito afeito ao bem.

E educar pelo trabalho é dar oportunidade a que a criança receba do mundo externo vivas impressões e se expresse, e assim vá se renovando instante a instante, melhorando, crescendo, ganhando plasticidade para que se molde ao mundo externo;

E educar pelo trabalho é preparar a inteligencia — ação, síntese da aspiração nacional, segredo do invejado progresso de outros povos, tão ambicionado, mas que não realizamos, porque talvez nos percamos em estereis idealizações escolares ou doentios programas feitos, com finalidade em si mesmos.

NOTAS E COMENTARIOS

A proposito do canto

Abel Fagundes

Empreende a Inspetoria Geral da Instrução, neste momento, uma simpática atividade no que concerne aos livros escolares, qual seja a de rever, refundir acrescer os hinaros e cancioneiros escolares.

De fato o canto, como habitualmente se pratica nos estabelecimentos de ensino, não produz nenhum resultado educativo.

Os livros e canções em uso nas escolas são pauperrimos nos motivos e absolutamente carentes de interesse para o espirito infantil. São poesias da lavra de academicos, de literatos de prôa, vasadas em linguagem castiça, ás vezes, mas rebuscada, metaforica, inçada de violentas inversões, o que faz da criança um papagaio a repetir cousas cujo sentido não apreende.

São quasi sempre hinos patrioticos, em que se cantam a formosura, a riqueza da terra e os feitos imortais dos seus filhos.

No primeiro caso, nem sem pre se conteem nos limites da realidade, e passam a enu-

merar as riquezas minerais e vegetais, hidraulicas, etc. Após a leitura de tais livros, tem-se a impressão de haver lido as aventuras de Sindbad o maritimo, e fica-se a pensar se não estará escondido aí pelos confins de Goiás ou do Amazonas o velocino de outro ou mesmo o Santo Gral.

Felizmente, os hinaros e cancioneiros organizados sob a administração Mello Viana, buscaram minorar o ridiculo dessas patriotadas musicais, e foram incluídas algumas, e mesmo grande numero de canções interessantes, de assuntos populares e infantis.

O mal, porém, foi que o magisterio entendeu que as canções eram apenas para festividades escolares, e o horario de canto só agasalharia os hinos. E daí o ouvir-se de quando em vez pirralhos de sete anos, que não sabem nomear as partes mais importantes do corpo, a cantar o celebre hino que Antonio Torres tão justamente satirizou num dos capitulos de "Verdades indiscretas":

Seja um palio de luz des-
[dobrado
Sob a larga amplitude des-
[tes céus . . .

E segue-se toda uma aris-
tocracia verbal . . .

Que as classes de 3.º e 4.º
ano cantem tais hinos, após
minuciosa explicação do sen-
tido das palavras, das ima-
gens, das figuras, vá lá.

Mas que os pimpolhinhos
de sete anos falem em "canto
rebel", em "torpes labéos",
em "triumfos que embaitem",
em "asas da liberdade", é de-
mais.

Nos estabelecimentos por
onde tenho passado, sempre
procuro selecionar as canções
e os hinos para cada classe,
tendo em vista a evolução dos
interesses infantis, a capaci-
dade de compreensão do tex-
to e mesmo as possibilidades
vocais dos alunos.

Além disso, aconselho sem-
pre aos professores que adici-
onem ao repertório musical
da escola as canções popula-
res e especialmente infantis,
de maneira que a escola pos-
sa conservar a tradição local
e enriquecer o "folk-lore" na-
cional.

E por isso, de quando em
vez, posso ouvir nas escolas
a "Senhora dona Sancha", a
"Rosinha é linda", e outras,
das canções nitidamente po-
pulares, marcadamente na-
cionais, que quasi todos nós
cantámos e de mãos dadas,
sob um céu muito constelado
e uma lua muito argentea.

nos já tão longínquos dias da
infância.

Além disso, não posso com-
preender o conteúdo educa-
tivo do canto coral feito em
conjunto, á hora em que a si-
neta dá um sinal diferente
dos outros, e cujas peças são
escolhidas pela professora
toda poderosa.

No meu tempo de escola
havia prisão e cópia de hinos
para os que não cantassem. . .

Prefiro os cantos feitos em
classe, no momento em que
esta o solicita ou a profes-
sora o sugere para intercalar
trabalhos monotonos ou que
exijam grande dispêndio de
energia física ou mental.

São mais naturais; diver-
tem; descansam; predispõe,
porque satisfazem para o
trabalho seguinte.

Além disso, pode a profes-
sora escolher o hino de acór-
do com a classe, muitas vezes
associando o seu tema ao da
lição do dia.

E penso mesmo que o can-
to, feito em voz suave, de ma-
neira a não prejudicar o tra-
balho das demais classes, po-
deria ser feito duas e tres ve-
zes por dia.

Charles Wagner, suave oti-
mista, diz, no "Valor", que é
uma fortuna saber de cór
umas canções. Mas, para se-
rem cantadas quando a alma
sente necessidade de fazer vi-
brar no espaço as suas emo-
ções.

E', pois, necessario que

tudo o professorado mineiro
contribua para enriquecer os
novos cancionários que a ad-
ministração quer editar.

E é também preciso que os
entendidos nos doutrinem so-

bre esta materia, para que se
não reproduza o dislate de
estarem leigos, como eu, a
discutir assunto que é da
alçada exclusiva dos especia-
listas.

Da injustiça das notas nos ditados

Não é criterioso o modo pelo
qual os professores primarios
classificam os ditados dos alunos.

Porque?

Uma criança, iniciante na
aprendizagem da Língua Patria,
escreve, ás vezes, um ditado con-
stituido de 50 vocabulos.

Si ela tiver a desdita de errar 10
palavras, inflexivelmente, sua pro-
fessora dar-lhe-á a nota zero, que
anula todos os esforços e todo o
estímulo do inexperiente aprendi-
z. . . 50-10-0?

Ora, si um vocabulo errado vale
um ponto, qual a razão por que
"40" palavras certas merecem um
zero? Absurdo!

Como, pois, devemos conciliar
o merito com a justiça, na classi-
ficação dos ditados?

Dando-se-lhes uma nota rigoro-
samente exata, valorizando tanto
o acerto como o erro cometido
por uma criança.

Essa questão já foi resolvida,
com grande bom senso, pelo dr.
Th. Simon quando, em 1929, foi
contratado pelo governo estadual
para ministrar excelentes lições
ao professorado mineiro.

Seu processo consiste no se-
guinte: o aluno escreve o ditado,
não em linhas horizontais, (siste-
ma já milenario!) e, sim, colunas
(nota merecida).

verticals, uma palavra em cada
pauta. A folha do caderno deverá
ser dobrada, ou traçada, em quatro
partes, pertencendo ao aluno a
1.ª e a 3.ª divisões, e á profes-
sora, 2.ª e a 4.ª. Corrigidos os er-
ros, á frente dos mesmos, e assi-
nalados por um o acertos, após
uma rapida subtração — a nota
resultante será rigorosamente
exata.

Eis como, na França, foi resol-
vido o caso dos ditados pelo ilus-
tre professor Th. Simon.

Exemplifiquemos um caso típi-
co. O trecho escolhido para essa
specie de exercicio lexico é o da
pag. 4 da "Leitura Intermediaria",
de Erasmo Braga, para uso do 2.º
ano do curso preliminar.

Selecionemos dêle algumas sen-
tenças: "Veja a Amelia: tem lindas
bonecas. As bonecas têm uma
casinha com mobilia. Parece casa
de verdade".

Estas sentenças serão escritas
do seguinte modo:

DITADO DE JOGO DE LINGUA PATRIA

Numero	Aluno 1	Professor 2	Aluno 3	Professor 4
1	Veja	+	uma	+
2	a	+	cazinha	cazinha
3	Amelia	Amelia	com	mobilia
4	tem	+	mobilia	+
5	lindas	+	casa	+
6	bonecas	+	de	+
7	As	+	casas	+
8	bonecas	+	de	+
9	tem	+	verdade	
			—	

Verificação: totalidade dos vocabulos — 17; erros — 3; 17 — 3 = 14
Por esse modo a criança não ficará prejudicada nem favorecida — apenas receberá o galardão devido a seus esforços.

Como todos podem verificar, as corrigendas são observadas do primeiro golpe de vista. O ditado pôde ser corrigido rapidamente, economizando tempo e trabalho á professora.

Nós temos aplicado a discipulos nossos, despertando em todos

eles grande interesse por essa especie de exercicio lexico. Experimentai-o, colegas.

Nunca devemos valorizar mais os erros do que os acertos, evitando, assim, provaveis desgostos ás crianças.

E' destituída de criterio a classificação do ditado por meio de numeros limitados, de 1 a 10, que não exprimem uma verdade absoluta, e, portanto, por que havemos de eternizá-la em nossas escolas?

ZILDA GAMA.

Alfabetização e educação

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministerio da Educação e Saúde Publica).

Os objetivos para que foi instituída a Cruzada Nacional de Educação são dignos de todos os estimulos pela sinceridade com que lhes admitem a relevancia os batalhadores que se esforçam por levá-los a uma feliz realização.

Não se pode compreender a educação do povo independentemente do ensino das primeiras letras, embora sejam evidentes os perigos da má aplicação que possam ter os conhecimentos sumarios, ministrados independentemente

das noções essenciais que asseguram a quem aprende o verdadeiro critério para utilizar, com vantagem propria e em beneficio da coletividade, a instrução recebida. Os perigos da "meia ciencia" são notórios e envolvem uma questão sociológica transcendente, que não interessa apenas aos educadores, mas até mesmo aos criminalistas, que têm procurado examinar, á luz das conclusões estatísticas, a relação entre as cifras da delinquencia e o grau de aperfeiçoamento intelectual dos responsáveis por toda especie de atentados contra a ordem social.

Dai, um certo antagonismo entre os mais influentes "leaders" do movimento educacional e as correntes que levantam a bandeira da alfabetização intensiva sem subordinar *expressamente* a diffusão do ensino primário á finalidade educativa integralmente considerada na multiplicidade de aspectos subentendidos no conceito que lhe é modernamente atribuído. O espirito da escola exagera-se pelo sentimento de fidelidade ás convicções que são, de parte a parte, defendidas com o devotamento que anima, nos homens de ação, a certeza de que lutam pela verdade, servindo a boa causa com sinceridade e desprendimento. Absorvidos pelo ponto de vista doutrinário, atentam mais na distancia que separam principios gerais do que nos pontos de contacto que a realidade faculta, permitindo uma atuação coordenada e sem conflitos entre os que, por caminhos diferentes, devem convergir para um objetivo: o aperfeiçoamento intelectual e moral da comunidade brasileira, de conformidade com os imperativos do meio nacional. No ardor da controvérsia estabelecida entre servidores da mesma causa, admitem-se, num sentido radical, incompatibilidades discutíveis ou resultantes da visão unilateral dos fatos, ao mesmo tempo que são esquecidos elementos de apro

ximação que, sem sacrificio do credo peculiar a cada grupo, tornariam mutuamente proveitosos os bons serviços por uns e outros prestados á causa pública.

Cada escola de alfabetização não deixará de ser um centro educativo, embora rudimentar, como aliás sempre foram, no Brasil, as escolas dessa especie, nas quais já se confundiam, outrora, as personalidades do professor e do educador, desde que da educação não se distinguia a instrução nos primórdios da nossa vida educacional. O ensino das primeiras letras era completado com advertencias de moral, conselhos de civismo e noções da vida pratica, como podem atestar os velhos de hoje e revelam as biografias dos precursores do movimento contemporaneo, entre os quais, a figura singular de Abílio Cesar Borges, o inolvidavel Barão de Macaúbas, fundador da "escola da lei nova".

O meio e a época não consentiram em que os principios explicitamente formulados pelos exponentes do magisterio de então, resultassem em sistemas amplos que exigiam certo aparelhamento e uma cultura especial da massa do professorado. Ainda assim a civilização brasileira, em grande parte, é obra dos educandários que se foram fundando de acordo com as diminutas possibilidades financeiras ao alcance do poder publico e, se não se desenvolveu como fóra para desajurar, afigura-se mais plausivel atribuir por omissão o mal aos 90% de cidadãos que não encontram meios de aprender, do que aos 10% que lograram receber nas escolas os beneficios da instrução, a qual, embora incompleta, de algum modo correu para o progresso da nacionalidade.

Na fase atual do país, e tendo em vista a contingencia de não nos deixarmos ficar em condição aberrante da ambienca internacional que nos envolve, interna-

nos, sem dúvida, adotar os processos que a experiência das nações mais cultas recomenda como indispensáveis. Mas, onde for inexecuível a realização desse adiantado programa, nada impede que tentemos conseguir o mínimo quando impossível alcançar o máximo, considerando a luta contra o analfabetismo um tingente útil na campanha pela educação nacional, para que possam os mestres das escolas de primeiras letras, receber os rudimentos de educação essenciais para que tirem reais proveitos das suas leituras, mantendo-se pela imprensa ao par do que se passa no Brasil e no mundo, e completando pelo livro, tornado acessível à sua curiosidade, a verdadeira noção do que é a vida real e representam as conquistas da civilização hodierna.

Ha um terreno comum na árbitra em que operam as duas correntes em dissídio: o trabalho de alfabetização, si não se divorciar,

como é lógico, do trabalho educativo essencial, constitui uma contribuição para a obra de educação integral, permitindo, mesmo fóra da escola, pelo autodidatismo a sua progressiva realização.

O esforço dos nossos educadores não se poderia dirigir ao aproveitamento desse terreno comum, para que se alcançasse em termos modestos, o que, no devido ensejo, devemos conseguir em termos completos e definitivos? Não haveria meio de acomodar os dois imperativos — educação essencial e alfabetização geral — para que se cumprisse o princípio democrático da igualdade de oportunidades oferecidas à formação das gerações futuras, princípio que não justifica a existência, na população brasileira, do contraste radical entre uma parte favorecida pela educação perfeita e outra desprovida de qualquer especie de educação?

O dia pan-americano

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública).

A data de 14 de abril merece um especial registro pela sua consagração ao ideal pan-americano, considerado este na sua mais elevada expressão: o reconhecimento, para os povos do continente, do direito à soberania e do correlato dever de cooperação que a todos obriga, tendo em mira o progresso do novo mundo, segundo diretrizes harmonicas, baseado na ordem e facilitado pelo desejo sincero de confraternização. Essa edificante aspiração de um regime de

concordia internacional representa ainda, na America, como alyures, um anseio cuja satisfação integral depende de futuras transformações na mentalidade das populações; e, para que se torne um fato, terá que ser precedida de uma campanha vigorosa, conducente a adaptar a opinião nacional, em cada país, à compreensão das doutrinas prestigiadas pelas elites investidas de mandatos oficiais nos congressos e nas conferencias pacifistas internacionais, de modo que os

compromissos assumidos e os votos formulados nesses certames encontrem, para sua plena execução, raizes profundas na alma popular.

A Liga das Nações, advertida pelo seu numeroso corpo de especialistas, orienta as suas atividades no sentido de influenciar diretamente os povos, facilitando os propósitos dos dirigentes politicos e dos técnicos que os representam nos concilios de Genebra. E como o meio mais seguro de atingir esse "desideratum" é obter o concurso da Escola, sempre eficiente nos empreendimentos de alcance social e moral, promove pela sua organização de cooperação intelectual, uma ativa propaganda em favor dos ideais pacifistas, já convocando os diretores do ensino superior com intuito de assegurar entre eles debates que resultem na concordancia de objetivos, já se esforçando para generalizar nas universidades o ensino dos metodos que conduzem a desenvolver as boas relações internacionais, já promovendo reuniões de associações internacionais de estudantes, o intercambio de escolares, a criação de centros nacionais de documentação pedagogica, a revisão dos seus compendios escolares, o ensino ás gerações novas dos objetivos da Liga, a correspondencia escolar internacional, etc., etc.

O desenvolvimento do pan-americano exige, analogamente, como condição essencial, o apoio das escolas, as quais, pela socialização, podem influir na mentalidade contemporanea e exercer uma ação decisiva sobre a formação espiritual das gerações a que caberá a responsabilidade dos destinos da civilização nos dias vindouros.

Cumpre, por isso, ás organizações educacionais brasileiras, participarem da comemoração do dia 14 de abril, tomando em grande consideração a parte que lhes compete para que se regis-

tre, com o maior brilhantismo, nos nossos educandários, a passagem dessa data votada à consagração da amizade entre os povos da America.

Os corpos discentes deverão participar da festividade, de maneira que as demais escolas dos países irmãos tenham ciencia da colaboração entusiasta da juventude brasileira no movimento idealista que volta para o mais nobre objetivo o pensamento de toda a mocidade americana. Os altos responsaveis pela instrução dirigirão as suas vistas para o problema da confraternização pela escola, problema que não dispõe ainda, no nosso aparelhamento educacional, de órgãos suficientes para mantê-lo constantemente em foco, o que se torna urgente, desde que, segundo a doutrina da Escola Nova, aprende-se praticando e o serviço efetivo e persistente instrue melhor que os conselhos e as preleções.

Consultando a nossa legislação educacional, só em duas leis organicas do ensino encontramos referencias detalhadas ás instituições de afeto internacional entre estudantes. No decreto n. 2.940 de 22 de abril de 1928 (regulamento do ensino no Distrito Federal), deparamos, na parte IX, com o titulo VI, referente ao "Intercambio interestadual e internacional escolar", onde se prescreve, no artigo 665, que "para o fim de cultivar o espirito de solidariedade humana, e como educação, será desenvolvido nas escolas o intercambio internacional escolar por meio da correspondencia infantil e da troca de trabalhos escolares, gravuras, colleções de produtos naturais do país, etc., entre os alunos das escolas publicas e os de outros países".

No Estado de Pernambuco, o decreto n. 1.239, de 27 de dezembro de 1928, instituiu, no artigo 303, "a correspondencia escolar e as sociedades escolares de afeto en-

tre as nações" "com o fim de desenvolver na criança, ao lado do sentimento cívico, o sentimento nacional e o espírito de confraternização e de simpatia humana".

Os dispositivos citados revelam a clarividência dos educadores a quem se deve a sua inclusão em dois estatutos orgânicos do ensino e deixam entrever o alcance que teriam as instituições aludidas, se generalizadas por todo o território da República, e mantidas com perseverança, graças à carinhosa vigilância e à esclare-

cida orientação do nosso magistério.

Chamando a atenção do professorado brasileiro para este importante aspecto do problema educativo, em comemoração ao "Dia Pan-Americano", presta a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação o concurso ao seu alcance para que frutifique, em felizes realizações, o ideal que recorda a data de 14 de abril, a qual, coincidindo no corrente ano, com a sexta-feira da Paixão, não deverá ser esquecida nos primeiros dias letivos seguintes à semana santa.

NOSSA EXPERIENCIA

Dramatização

Das atividades do Clube de Leitura das Classes Anexas à Escola Normal Oficial de Curvelo, a que mais tem atraído os alunos e dado maior vida ao Clube é a dramatização.

As pessoas que não frequentam a Escola e às quais se fala das reuniões que os alunos fazem às quintas-feiras, mostram-se incrédulas sobre a possibilidade de haver sempre motivos para essas reuniões.

Também manifestam sua estranheza quando se lhes relata a facilidade no preparo dos diversos números, bem como das dramatizações com os personagens devidamente caracterizados, com cinco dias apenas de intervalo para a preparação.

Acresce que em uma mesma reunião ha duas e até tres dramatizações, sendo uma, mais simples, por meninos do primeiro

ano, e outra, das clases mais adiantadas.

Esquecem-se essas pessoas ou ignoram que as crianças têm pendor natural para se julgarem vivendo diferentemente do real, o que se infere do entusiasmo com que se entregam ás atividades para a imitação de outros seres e encarnação de personagens os mais inverosímeis e grotescos. As sim vivos a satisfação com que todos acompanhavam a ação do Marquez de Rabicó, o celebre porco que Monteiro Lobato fez agir com grande vivacidade, caçar onças e até se casar com Emília, uma malageitada boneca de pano.

E' preciso evidenciar que a dramatização é a melhor prova da compreensão das cousas pelas crianças, meio seguro para o desenvolvimento e uso da linguagem, aquisição de conhecimentos variados, entonação natural que

se torna habitual e se transfere para a leitura e elocução, além do desenvolvimento social.

E' comum verem-se crianças que, convidadas a tomar parte na dramatização, se negam ou o fazem timidamente, depois tornarem-se entusiasmadas das dramatizações, eferecendo-se para nelas, figurar.

E' corrente o conceito de dramatização como sendo um teatro infantil com papeis previamente distribuídos e decorados pelas crianças.

Nada mais falso.

O conceito exato da dramatização escolar custou a se definir e a se distinguir da representação de caráter teatral.

Logo que no regulamento primario foi determinada essa atividade, assisti a algumas em que esse caráter predominava.

Vinham algumas crianças ao meio da sala, e cada uma dizia o seu papel num belo, porém, inútil esforço de memória.

Já evoluímos consideravelmente.

Hoje, mesmo em nossas Classes Anexas, temos conseguido das crianças esplendidas dramatizações.

Assim temos procedido:

1.) Leitura de varias historias pelas crianças, que escolhem uma a ser dramatizada. Ou, então, apresentação da historia pela professora quando falha a escolha infantil.

2.) Interpretação e comentario da historia, com sugestão sobre adaptações, atitudes e caracterização de cada personagem.

3.) Escolha dos figurantes, com sugestões dos alunos, variando sempre em cada nova dramatização para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Em todo esse trabalho predomina a opinião das crianças, assistindo-as as professoras com sua critica.

Não ha absolutamente papel escrito para ser decorado, ainda

que adaptado pela propria criança.

O papel decorado tira a naturalidade e sujeita a criança a interromper a execução se perder uma frase, além de entrar o desenvolvimento da linguagem.

Cada criança se exercita em falar o que lhe toca, com palavras que no momento lhe ocorram. Gravam bem a idéa que lhes compare externar, além de todas conhecerem o enredo geral e o desenvolvimento da historia.

Com tres ou quatro ensaios, a dramatização é levada em sessão do Clube de Leitura com o sucesso que temos visto e que tem sido de reais proveitos para nossas crianças.

São numeros de atração das crianças para a escola e que lhes vão insensivelmente educando a linguagem e formando o habito precioso da elocução.

Sob essa orientação já foram dramatizadas as historias de Monteiro Lobato: Marquez de Rabicó, Gato Felix, Caçada da onça, e Circo de Escavallinho. Além dessas, varias historias de outros autores, historietas do Tico-Tico e do Suplemento Infantil; — fábulas, como: El-rei Don Sapo, Historia dos seis coelinhos, Branca de Neve, Travessuras de Chiquinho, aventuras de Gibi e Carola, Remedio contra lagareleira por Zé Maecoa. A onça e o coelho, etc.

Fizemos tambem dramatizações de fatos historicos, com o indispensavel revestimento infantil, como a descoberta do Brasil, adaptada do livro "João Pergunta", de Newton Craveiro, A primeira Missa, de Viriato Corrêa, etc.

AMOSTRA DE UMA DRAMATIZAÇÃO

Para dar idéa completa, quanto possível, de uma dramatização como realizamos, procuro descrever em seguida o enredo e a ordem dos trabalhos.

Trata-se do Circo de Escavalinho, de Monteiro Lobato, adaptado às nossas condições.

Procurarei reproduzir as expressões infantis usadas espontaneamente na interpretação das idéas do autor, frisando que não houve papeis decorados pelos meninos.

Cumpre explicar que essa dramatização foi feita em tres partes, em tres sessões do Clube.

(No centro da sala, Pedrinho, Emilia e Narizinho conversaram, e dona Benta faz crochet, todos sentados em cadeirinhas, à volta de uma pequena mesa, todos devidamente caracterizados). Conversem:

Narizinho: — Pedrinho, de que nós vamos brincar hoje?

Pedrinho (dando de ombros): Ah! não sei; invente você uma coisa, qualquer.

N. — Vamos brincar de concurso, gente. Usa tanto fazer concurso de tanta cousa, vocês não sabem? Tem concurso de beleza, concurso de rainha, do revolver Clube, rainha dos operários...

Emilia (toda espantada): É mesmo, Narizinho. Nós vamos brincar de concurso, mas é de concurso de feiura.

P. (zombando) Você mesmo é que está bôa para falar em feiura. Emilia, Você é a rainha da feiura com essas sobranceiras de retroz muito tortas, uma cara horrosa com duas rodas de tinta vermelha, com esse cabelo de passar espetáculo. Você nem precisa de concurso; já está nomeada rainha da feiura.

E. — (gritando e chorando) Desaforo você me xingar de feia. Eu não tenho culpa de tia Nastácia me ter feito feia. Desaforado, bruto!!!

Dona Benta — Vocês também não sabem brincar sem brigas. Que vergonha! Tamanha zueira, atôa, atôa.

E. — Desaforo de Pedrinho, D. Benta. Eu vou mostrar para quanto eu presto. Eu sou feia, mas sou

muito inteligente. Vocês querem vêr? Eu tenho uma idéa muito-melhor para brincar do que essa bobagem de concurso.

P. — Quero lá saber de suas idéas, Emilia. Suas idéas são mais tortas do que sua cara, sua feia.

N. — Deixa, Pedrinho, deixa Emilia falar. Ela tem inventado tanto brinquedo engraçado. Fala, Emilia.

E. — Pois é Narizinho, nós vamos brincar hoje é de circo de escavalinho.

P. — (dá uma risada) Não falei que Emilia é bôa?

D. B. (rindo também) Que idéa é essa, Emilia?

E. — (dando de ombros) Pois é isso mesmo: circulo de escavalinho, eu estou falando.

D. B. — Deixa de bobagem, Emilia. Não se fala circo não; é circo e de cavalinho.

E. Mas eu quero é circulo de escavalinho.

D. B. — Mas que menina teimosa. Onde já se viu circulo e ainda de escavalinho?

E. — Pois é. Eu é que sei. Mas pra não ficar brigando com a senhora eu falo circo, mas é de escavalinho. (batendo com a mão direita fechada na mão esquerda.)

D. B. (enervada) O' Emilia, você é cabeçada. Cavalinho é cavalo pequeno. Para que esse eno na frente?

E. — Eu bem sei que cavalinho é cavalo pequeno, mas é escavalinho que eu estou falando é outra cousa; é o nome do diretor do circo: Pedro Malazarte de Escavalinho da Silva. Tomou D. Benta (pondo a lingua de fora).

D. B. — Você é uma danada Emilia. Tem saida para tudo.

N. — Emilia teve uma idéa esplendida... Emilia é de uma intelligencia rara.

E. — Fiaui, (com o gesto proprio) fiaui, Pedrinho. Você não disse que eu era bôa? Tomou?

P. — Você tem razão Emilia. Acho a idéa bôa; nós vamos brincar é disso mesmo.

N. — Mas quem vai representar no circo?

P. — Nós mesmos. Emilia vai ser a dama que corre no cavalo e anda na bola, João Faz de Conta vai ser o charuto.

N. — E o palhaço, Pedrinho?

Não pode ter circo sem palhaço.

P. — O visconde podia ser o palhaço, mas ele anda tão doente.

N. — E' mesmo, Pedrinho. Ele está tão palido. Você não viu que ataque feio ele deu ontem?

P. — Pois é, Narizinho. Desde que o visconde deu na mania de sabio ele adoceou. Falar nisso, até eu vou mandar chamar o dr. Caramujo para tratar do visconde.

N. — Manda mesmo, Pedrinho. Ele precisa muito.

(Ouve-se uma gritaria vinda de um lado da sala)

P. — Que gritaria é essa, gente!

(Correm todos para o lado de onde vêm.)

Que foi, tia Nastácia? Que é isso?

Tia Nastácia (uma preta de vestido comprido, pano na cabeça, de avental e com uma vassoura, enxotando o visconde que procura fugir, fala agitada): — Pois é esse visconde que está me amolando. Puxa daqui pra fora, seu esturpicio... Eu estou aqui sossegada catando o meu feijão para pôr no fogo e esse esturpicio me aparece de livrinho na mão a falar cousas que não entendo. Já cansei de falar com ele que não sei inglês. E o estupor a me martelar nos ouvidos: fração, mineador, drominador...

O visconde — Drominador, minha Nossa Senhora (exclama o visconde levantando os braços para o céu, e plaff, caiu por terra com outro ataque).

(Grande correria e exclamação da criançada).

P. — (gritando) Babcicó, Babcicó! (Babcicó entra apressado) vai correndo chamar o dr. Caramujo que o visconde está muito mal.

(Babcicó sai grunjindo.)
N. — (afilhita) Como vai ser, Pedrinho, o visconde não pode ficar assim estirado no chão.

P. — Vamos deltá-lo na mesa.

Eu pego na cabeça e você e Emilia nas pernas.

(Carregam o visconde e o colocam na mesa).

N. — Mas ele está mal mesmo, Pedrinho. E si ele morrer?

E. — (chorando) Nossa Senhora, coitado do visconde!!!

P. — Gata a bôca, Emilia. Também o visconde abusa, Narizinho. Leva lendo o dia inteiro uns livros muito complicados e muito antigos que ainda foram de um tio de vovó, o conego Agapito Encerrabodes de Oliveira e Silva.

N. — Ele está empanturrado, Pedrinho. Olhe a barriga dele!!!

P. — Pois está. Você não sabe que livro antigo e sem gravura é peor para empanturrar um freguês do que jaboticaba com cacão?

N. — Bem faço eu que só leio os livros engraçados de Monteiro Lobato.

E. — Eu agora vou tomar conta do visconde. Ele não vai lêr mais aquelas aritmeticas complicadas.

(O dr. Caramujo entra apressado.)

Dr. C. — Quem está doente aqui? E' D. Benta ou tia Nastácia?

P. — Não, dr. Caramujo. E' o visconde. Passe um exame nele depressa que ele está muito mal.

O dr. Caramujo examina o doente e diz: — Ele está com a barriga muito dura. Está empanturrado. Precisa de ser operado já. Tragam-me depressa uma bacia com agua, uma toalha e uma pedra de amolar.

P. — sai e volta logo trazendo o material.

P. — Aqui tem, doutor.

Dr. C. — (abre a maleta que trouxe consigo, tira uma faquinha e afia-a na pedra). Voltando-se para Emilia, fala:

Dr. C. — Mandem essa menina para dentro.

N. — Vai, Emilia. Criança não pôde assistir operação. Vai brincar no quintal.

E. — Não vou. Eu quero vêr a operação. Não vou e não vou.

N. — Não amole não, Emilia. Vá para dentro, já. Você ouviu o dr. Caramujo dizer?

E. — Mas eu não quero ir. Não vou, pronto.

P. — Não amole não, Emilia. (Empurrando-a) Passe já para dentro.

Emilia sai batendo pé, pondo a lingua para fóra e xingando: — Injoamento! Gente mandona!

Dr. Caramujo que estava afiando a faca, abaixa-se para o visconde e finge que corta sua barbiga de alto a baixo. Faz um grande espanto e mostra a Pedrinho e Narizinho uma enfiada de algarismos de madeira, ali colocados antes.

Dr. C. — Chi !!! Vejam esse pobre ventre: completamente entupido de corpos estranhos.

P. e N. — Coitado do visconde! Ele está mesmo muito empanurrado.

O dr. Caramujo tira os algarismos amarrados num longo cordão fingindo tripa e mostra para toda a assistencia, jogando depois dentro do balde.

Desse modo se dramatizou toda a historia seguindo o desenrolar da obra com as modificações indispensaveis a sua adaptação ao genero.

Na segunda parte, que foi desde o fim da operação até o capitulo quinto essas modificações foram pequenas.

Para a terceira parte, isto é, os ultimos capitulos, houve adaptações.

Arranjou-se o circo, não coberto de pano. Apenas o galpão, onde foi levado, foi ornamentado com correntes de papel partindo de um ponto central e caído em forma de circulo, fingindo o pano do tecto de um circo. As cadeiras foram colocadas em anfiteatro. No centro espalhou-se cerragem e foi posto o classico tapete. A entrada fincaram os meninos arcos de bambú, de modo que todos tivessem sensação de que se achavam em um circo real.

Os personagens que compõem a assistencia e o elenco artistico do circo foram os seguintes, todos perfeitamente caracterizados:

Maria da Graça; Alariquinho, que chegou em um automovel de criança; Querino, de bicicleta; dona Gansa; dr. Caramujo; Gato Felix; Cinderela; Aladino, com sua lampada; Gato de Botas; Capinha Vermelha; Papai Noel — assistentes.

João Faz de Conta, charuto; Emilia andou num cavallo de cabo de vassoura com uma cara de cavallo de pano; Pedrinho — director do circo; um domador e sua onça (menino metido numa pele fingida); um cachorro peludo imitando urso; palhaço e clown, introduzidos para maior comicidade; elefante, o marquez de Rabiçó, já assim caracterizado, com a caracterização de elefante por cima. Descoberto o traque Rabiçó foi perseguido pela onça e pelo urso.

Para maior alegria da petizada distribuiram-se até entre os assistentes as coeadas de tia Nastacia.

Nada fallou: nem as entradas batidas numa enxada, nem a ta-boleto com o anuncio do intervalo e nem tampouco o palhaço annunciando o circo, com um porta-vóz e acompanhado da meninada. Assim percorreu a escola,

entrando nas salas de aula do curso normal, provocando grande alegria.

As entradas foram vendidas aos meninos por 100 réis, ás alunas do curso normal por \$200 e aos professores por \$500, tendo

rendido 208000. Com isso obteve o Clube auxilio para as despesas com essa dramatização, que causou um verdadeiro successo na Escola.

Zulmira de Queiroz Breiner.

TRADUÇÕES

A educação das crianças retardadas

por ALICE DESCOENDRES

CAPITULO III

Principios e programas

A. — Principios do ensino especial: 1) Atividade do aluno; 2) Educação sensorial intuitivo; 3) União com a vida 4) individualização; 5) Carater utilitario. — B. Programa. — Horarios.

A. — Os principios diretores do ensino especial.

1. — O principio fundamental, acerca dos quais estão de acórdio todos os que se ocupam da infancia anormal, e não podem insistir bastante, é o da *atividade propria* do aluno: sempre que a criança aja corporalmente, naturalmente e intelectualmente: este principio não deveria, afinal, ser o apanagio dos anormais, e será talvez, entre muitos, um dos progressos que o ensino especial imprimirá ao ensino normal o acentuar-lhe a importancia para todas as crianças. — J. J. Rousseau já confirma que "o ensino não consiste em preceitos, mas em exercicios". E, entretanto, quanto á cultura das aptidões verbais, graficas sobretudo, domina todo o ensino, ainda na hora presente — e sem duvida por muito tempo ainda — da maneira por que vão as cousas em materia de renovação pedagogica. Si nos gráficos inferiores do ensino especial, o principio da atividade pro-

pria — agir por si mesmo e achar-se a si mesmo — é o unico meio de tornar as crianças capazes de desenvolvimento, esse principio de ser mantido em todos os graus.

Um corollario desse primeiro principio, concernente á disciplina, é o que cumpre deixar ás crianças o *maximo de liberdade* compativel com uma boa disciplina, condição *sine qua non* de todo trabalho. O professor G. Rouma, que dirigiu em pessoa uma classe de retardados em Bruxelas, considera o regime de liberdade inteiramente indispensavel para obter resultados serios na educação dos anormais; apoia-se para isso em dados scientificos, estabelecidos por fisiologistas de renome, tais como Feré e Demoor.

Este ultimo estabelece que o movimento, pelo fato de determinar a nutrição normal do musculo, é um fator da saúde geral; como, de outra parte, é o excitante normal dos centros sensitivos, contribui tambem para o desenvolvimento do tacto, da sensibilidade e, por conseguinte, da intelligencia. E, pois, as crianças não devem permanecer imoveis em seus bancos durante muitas horas: sempre que possível, as lições serão dadas no pátio, na rua, no jardim publico, — si a escola não tem jardim-anexo; sempre que a lição se prestar para isto, pôr-se-á em jogo a motilidade inteira: as crianças terão licença de ir e vir, de se deslocar para olhar trabalhos do camarada, para lhe pedir um conselho ou dar-lhe um tapa: a disciplina nada sofrerá numa classe numerosa, — antes pelo contrario: certas crianças não serão disciplinadas sinão sob a condição de se moverem — contanto que o mestre saiba obter essa atividade feita de respeito e de afeição indispensavel a um regimen de liberdade, liberdade de mover-se, de escolher seus companheiros de trabalho, de continuar um trabalho em que a criança se absorve e, em cada ramo, de inventar trabalho diferente da tarefa prescrita.

2.º — Um segundo principio de ensino especial é a importancia toda particular que se deve attribuir á *educação sensorial* e á *intuição*.

A intuição decerá até aos ultimos elementos em que repousa nas percepções: ela analizará, dissecará, esquadrihará; terá por fim: 1.º) precisar as noções adquiridas; 2.º) crear novas; 3.º) melhorar, enobrecer e enriquecer a expressão verbal, ligando o mais intimamente possível as representações verbais ás cousas que elas exprimam, o que será o melhor meio de não se deixarem enganar pela habilidade dos débeis em manejar palavras vazias de sentido.

Laudman, um dos professores do Instituto Trüper (Iena), observa casos muito curiosos dessas associações puramente verbais; por exemplo, uma criança que faz descrições muito pormenorizadas de uma tempestade; posta escrever acerca desse assunto, quando desaba uma tempestade real, ella conta as suas historias, diz mesmo que a tempestade a atemoriza tanto que ella vai deitar-se na cama; e durante todo esse tempo, não dá pela existencia da tempestade.

Este exemplo, que mostra o verbalismo sob sua forma patologica, faz tocar com o dedo quanto é necessario encarar cada assunto sob seus multiplos aspectos.

Por uma ginstastica especial dos orgãos dos sentidos, as crianças se exercitarão em utilizar essas portas de entrada da intelligencia e em dar-se conta das sensações que as mesmas transmitem. Com effeito, ao passo que, na criança normal, quasi sem a intervenção dos pais ou dos mestres, os sentidos se exercem, adquirem materiais que formam a base das representações e dos juizos, os débeis reagem fracamente ás excitações exteriores, armazenando poucas imagens, e não têm um poder de atenção sufficiente para crear imagens nitidas: o unico remedio será um ensino intuitivo intenso, dirigindo-se a todos os sentidos. Sobretudo um ensino em contacto estreito com a natureza fazendo que esta entre na escola e indo de fóra para esta: a hygiene, a saúde, a observação, a elocução, o carater aí encontrarão a sua conta.

3. — Outro principio essencial é o da *união estreita com a vida*. Queremos preparar nossos alunos para a vida: cumpre, pois, que a escola deixe — provuessa aos deuses que ella deixasse de ser para todas as crianças! mas que no menos deixe para os nossos retardados — de ser uma escola escolastica, para se tornar um *centro de vida*. Todos os educadores não encaram esta união com a vida, da mesma forma: uns, na Belgica principalmente, pensam chegar a isso pelo método dos "centros de interesse": estudam-se a fundo, por exemplo, as necessidades da criança, com diferentes dominios, e todas as aquisições do saber são grupadas em torno desse assunto. Ha outro método menos sistematico, praticado tambem por bons pedagogos: é o que utiliza todas as occasiões de se aproximar da vida: historia natural das plantas e dos animais, do homem, sobretudo, isto é, a principio, da criança ella propria: é o que diz excellentemente o sr. Ronvroy: "O centro de interesse, isto é, a criança com tudo o que vibra nela como em nós, mas que ella ain-

da ignora, que não passou á luz da sua consciencia, que não é passividade, mas latencia de vida e de ação". (1)

Em nosso tempo de crise e de transformações, nada é talvez tão urgente como levar as crianças a se interessarem por essa renovação, como faz-las sentir que todas devem participar nisso com todas as suas forças. Voltaremos a isso quando tratarmos do jornal quotidiano escrito pelas crianças. Embora reconheçamos as vantagens dos centros de interesse para manter o espirito das crianças num mesmo assunto que se cuida de aprofundar, receamos um pouco vêr as necessidades da criança tomar um lugar demasiado grande: "o grito do nosso mundo atual não deve ser "servir" e não "fazer-me servir", o que pôde constituir um perigo si concentrarmos muito a atenção da criança nas necessidades pessoais. E a defesa contra o frio, contra os animais, contra isto ou aquilo, é realmente a atitude que se deve inculcar ás crianças em nossa sociedade roída pela desconfiança e por uma defesa illusoria . . .

"Na minha opinião, diz Meumann, é pedagogicamente e psicologicamente uma boa cousa ficar a criança nas representações particulares, concretas; ela adquire com isso uma vasta provisão de dados intuitivos, concreto, sobre os quais poderá, mais tarde, construir as suas abstrações. E quanto maior for a provisão de dados, mais exatas, mais fiéis e vivas serão as significações abstratas das palavras".

Que ha mais favorável a essa provisão do que colher, de passagem, a vida, todas as vezes que esta esflora a escola: sair muito, recorrer aos jornais e a todos os homens e a todas as mulheres que podem enriquecer, com a sua experiencia, a de nossos alunos? Nada, está visto, impedirá — cumpre, ao contrario, tender para isso com todas as forças — aprofundar um assunto que se nos deparou ocasional mente: estudá-lo sob o ponto de vista de trabalhos manuais numero, geografia etc.

C. Freinet, o propagandista entusiasta da imprensa na escola, na França (Saint Paul, perto de Nice, vêr sua "Gerbe", coletanea de trechos para escolares francezes) é tambem desta opinião, da mesma fórma que A. Hinn, professor em Wald Zurich, que escreve: "Este ensino ocasional pôde parecer sem objéctivo e sem logica; mas, ao cabo de 8 anos de escola, terá focalizado quasi sistematicamente tudo o que interesse ás crianças e de tal maneira que estas se arriescam a não esquecê-lo". (Pro Juventude, fevereiro 1929).

(1) Vêr *Educateur*, 17 de março 1928: Bonvroy: "A' l'Ecole pour arriérés psychiques. Le centre d'intérêt, le seul".

DAQUI E DALI

O ensino primario em São Paulo

Palestra pela professora Anna Silveira Pedreira no Curso de Professoras de Escolas Regionais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

Convidada pelo illustrado jornalista, dr. Raul de Paula, secretario da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, para falar-vos sobre o ensino primario em São-Paulo, confesso, pesarosa, que estou impossibilitada de desobrigar-me satisfatoriamente de tão honrosa tarefa, em todos os seus itens, por me faltarem dados positivos com os quais pudesse concretizar a demonstração do que tem sido esse movimento naquele pedacinho deste imenso Brasil.

Para compensar essa deficiência de informações de estatísticas, falar-vos-ei sobre o lado educacional, para mim o mais importante, com o coração, desprezenciosamente, certa deque terei a vossa benevolencia para a pobreza das minhas palavras, que se ergue da zona rural paulista, como um amplexo fraterno a todos os seus irmãos brasileiros aqui congregados. Desde a reforma Caetano de Campos vem o nosso professorado caminhando por estrada segura, á conquista do ideal da educação — "preparar o individuo para vencer na vida".

O mestre não vê mais no educando uma massa inerte e amorfa que poderia plasmar a seu bel prazer, do qual êle só exigia os ouvidos, como porta unica para a recepção das sensações exteriores, por onde passara o bocado mental que êle, mestre, cuidadosamente preparava e religiosamente transmitia a uma classe numerosa e passiva, que outra coisa mais não tinha a fazer do que engulir essas theorias todas que, em absoluto, iriam influenciar na formação de sua personalidade. Longe de mim criticar os velhos mestres, que, mercê de Deus, nós não conhecemos em atuação no nosso Estado. Não, até convidou-os a, aqui, reunidos, levantarmos um pensamento de gratidão a esses bandeirantes da alfabetização.

A mentalidade brasileira agora é outra. O progresso, tambem. O problema educacional é encarado através de

outro prisma. Ha no educando uma alma em evoluçao, com suas volicoes proprias, virtudes e defeitos. "Nao é a criança um homem em miniatura. Ela é apenas uma criança e como tal tem que ser tratada e guiada. Ao mestre, cabe satisfazer a sede de saber dos pequeninos entregues aos seus cuidados, lapidar as arestas da pedra que, para o futuro, brilhara ou sera uma mancha escura na sociedade, conforme a arte e inteligencia de seu lapidador — o mestre.

Temos um programa minimo a executar, que ampliamos ou modificamos, conforme a necessidade da regiao ou de cada classe. Trabalho interessante fez o professor Moura, na zona do litoral, como testemunhou com a publicacao do seu livro. A escola ativa e os centros de interesse. Nao nos tolhe a liberdade a execucao de um programma, rigido, ferreo, sobre o qual tivesse o professor de dirigir os seus passos, como as estradas de ferro que, quando ha o mais leve desvio, descarrila o comboio. A autonomia didactica do velho professorado paulista, ampliada pela fulgurante inteligencia de Lourenço Filho, novos e belos horizontes veiu abrir-lhes, para a realizacao da escola unica brasileira.

No nosso Estado o professor nao se sente mal na zona rural, porque o magisterio lá já é uma carreira cujos degraus são galgados pelo tempo de ensino do professor e não mais pelos revoltantes canudos politicos, graças á equiparacao dos vencimentos, e tambem, o trabalho da ruralizacao do ensino empolga muitas das nossas grandes mentalidades, como o professor Sud Mennucci, que, não viu o seu trabalho executado "in totum", nem por isso deixara de vê-lo frutificar, porque a semente que foi lançada no uberrimo sólo paulista já germina .

E, para gaudio nosso, trabalhadores da zona rural, antes de nos dirigirmos para aqui para convosco trocarmos as nossas idéas, num gesto de confraternizacao, tivemos o grato prazer de ouvir do illustradissimo sr. diretor geral da Educao do Estado de São-Paulo — Fernando de Azevedo — inteligencia de ecol, muito vossa conhecida, que o problema da ruralizacao do ensino primario já havia merecido da sua parte o maior interesse, havia sido estudado debaixo dos seus multiplos e complexos aspectos e as suas dificuldades todas resolvidas, como provará com a reforma primaria que submeterá á aprovacao do exmo. sr. Interventor Federal, por estes dias. Tem, ainda, o professorado paulista, a luminar-lhe o caminho nessa conquista, as associacoes de professores, que não só existem na capital como no interior, Sorocaba, Botucatu', Piracicaba e outras, sociedades essas

que são verdadeiros centros de cultura, onde o professor, tanto o urbano como o rural, vai beber a luz da pedagogia, psicologia e todas as outras ciencias, em aulas magistraes, que são ministradas, por professores, advogados, enfim por quem saiba alguma cousa e tenha vontade de ensinar. .

Ou então, através de livros escolhidos, que existem em suas bibliotecas. E esses centros têm ainda a vantagem de reunir os professores em palestras, que são refrigerios para as suas mentes caçadas, muitas vezes, do trabalho intelectual ao qual éle se prende diariamente. Dificilmente éle se cristaliza, e dessa maneira vamos resolvendo um dos maiores problemas nacionais — alfabetizando e educando — procurando adaptar á necessidade do maior numero de alfabetizados o ensino moderno, activo, dinamico, o que educa, que apela para a observacao, que desenvolve o raciocinio e dá ao individuo as credenciaes necessarias para vencer nas dificuldades, nos momentos angustiosos da luta pela vida. Temos um minimo de matricula de 30 alunos para cada classe, e o maximo nunca atinge 60, porque num nucleo onde ha 70 e tantas crianças, ha tambem duas escolas. O ideal, para que o ensino se tornasse quasi individual, seria de 25 a 30 alunos para cada professora, nós o sabemos, mas, atualmente que nos vemos a braços com a alfabetizacao, lançamos mãos de todos os recursos com os quais podemos contar, para adaptar o ensino moderno, racional ás nossas escolas, para fazer desabrochar perfumosas as pequenas florinhas que nos são entregues, sem que a quantidade venha a prejudicar a qualidade.

Passarei agora a relatar-vos um fáto que em muito concorreu para que o problema da realizacao fosse fortemente agitado na nossa regiao — O Clube da Horta — do prof. Thales de Andrade, organizacao interessante que admittia um numero ilimitado de socios, todos os alunos das escolas primarias, cujas atribuicoes eram smples: plantar tudo quanto fosse possivel, em uma horta, e que fosse util ao homem. Tomei parte nesse Clube, com o encargo de visitadora das hortas, como normalista que era, e tive occasiao, então, de observar coisas e fatos interessantissimos, aos quais não me referirei por julgar um abuso á bondade e paciencia com que me foi ouvis.

Contar-vos-ei, no entanto, o seu epilogo: — As crianças plantavam tudo, e, como era época propria, por uma coincidencia natural, todas plantaram milho. Daí a idéa ginal do seu fundador de organizar a "Festa do Milho" — que se realizou na praça central de Piracicaba — o Largo da

Matriz — A' hora marcada, todas as crianças surgiram, pelas diversas arterias que veem ter áquela praça, sobraçando o produto da sua colheita.

E como variavam elas! Aqui um pequenino vergava ao peso de um cesto, ali aquele outro puxava a sua carrocinha, quando outra trazio apenas algumas dezenas de espigas.

O que variava, era a alegria, que se podia vêr em cada rosto. Depositando as espigas, ainda todas em casca, no centro do largo, as crianças, de todas as escolas da cidade de Piracicaba executaram os seus programas recreativos, debaixo de uma satisfação imensa, com a maior cordialidade; já sabiam a proposito que o produto da venda daquelles grãos de ouro seriam repartidos igualmente entre as Caixas Escolares, que iriam miigar, de alguma sorte, as necessidades de seus coleguinhas menos favorecidos pelo metal sonante. Se me conhecesseis bastante, inutil seria dizer-vos que chorei e que comigo muita gente . . .

Se forte foi a comoção, mais ainda o foi a impressão que deixou nas almas daquelas milhares de pessoas.

E os resultados os vêmos na disseminação da ruralização do ensino na nossa zona. O ensino, de acôrdo com a necessidade do meio.

E, seguindo essa orientação, demos lá no nosso grupo rural uma orientação mais adequada á região. As professoras, uma trata das gramineas, estamos em zona assu-careira; outra parte, dos mamíferos, escolhendo como motivo a grande amiga do homem rural — a vaca; outra ainda da fazenda e outras mais as plantas em geral, com o intuito de atingir um fim — o reflorestamento.

As crianças, na sua furia de saber, de tudo querer vêr e sentir, levaram-nos a caminhos interessantes e imprevisos. Vi a classe deante de uma dificuldade. Estudando as nossas madeiras de lei, vem a citação do eucalipto, planta de utilidade multipla, que todos conheciam e amavam. Expliquei-lhes que era originaria da Australia e não nossa. Que tinha isso? Não era ela tão util, não havia se adaptado tão bem aqui que até já era como as nossas? (expressão fiel das crianças). Devia, pois figurar entre as nossas madeiras. E o entusiasmo pelo eucalipto foi tal, que acabaram resolvendo fazer uma sementeira e . . . surgem as plantinhas dicotilídoneas; são estudadas . . . atingem o tamanho da replanta. Onde tantos jacazinhos ou vasos? A nossa natureza tudo nos dá desde que procuremos. Surge uma centena de pedaços de bambu' gigante que cor-

respondem perfeitamente ao fim desejado. Agora? O terreno? Um dos chefes do estaleiro, consegue do pai a área desejada para a plantação definitiva, dentro de todos os preconceitos exigidos. Surge, então, a parte mais interessante: — Destocam o terreno, gradeiam-nos, cercam-no, usando para isso os instrumentos mais variados, desde o canivete até o machado amolado do papai, com o qual precisam ter muito cuidado senão êle não o emprestará mais. . . Na remoção do mato arrancado, a classe, que até aí trabalhára unida por um mesmo ideal, divide-se. Intervemho — Uns querem queimar o palhicho que vêm os pais fazerem; outros, os filhos de trabalhadores da Sociedade Sucrerie, que faz a educação inteligente do sólo, protestam, não consentem naquilo que sabem que está errado.

Querem a minha opinião. Não a dou. Que cada um defenda a sua. Reunem-se em parlamento. Vêm a baila as safras da cana dos anos anteriores, que tinham diminuído tanto que, em um deles, havia dado o producto para um dia só de moagem 5.000 sacos de assucar!

Depois, a reação, os feijões de adubo, os sais minerais a cultura inteligente, o combate ao mosaico, abolição das queimas, novamente o córte que se encontra com o tempo da plantação, novamente 100, 120 mil sacas! . . .

E eis que de novo todos se entregam alegremente á remoção do mato. Fizeram o alinhamento, plantaram, e lá estão, em fretne ao grupo escolar "Guamium", em Piracicaba, 100 pés de eucaliptos.

E iria longe, sem lembrar-me de que não me é dado o direito de abusar de vossas paciencias. Perdoem-me, mas queria que soubesseis, mesmo através da deficiência da minha palavra, como é encarado o problema educacional em São - Paulo, e deixei-me levar mais longe do que devia. Tenho dito.

Cantos escolares

Por Levindo Lambert

I

O canto nas escolas não tem merecido de alguns professores o cuidado que merece.

Comecemos pela letra. E' principio comezinho em todos os sistemas de educação que a aprendizagem está na razão directa dos interesses proprios da idade do educando. Esta é, como disse, doutrina pacífica em todas as escolas novas.

Pois bem. A escolha da letra dos hinos e canções das nossas escolas tem obedecido aos interesses e á intelligencia infantil?

Outra pergunta: o ensino do canto é precedido de interpretação e explicação, quanto a fundo e fórma, do texto literario?

Mais estoutra: a criança sabe o que está cantando?

As respostas veem prontas: nem sempre a escolha condiz com os interesses e intelligencia infantil, bem como quasi sempre a criança não sabe o que está cantando. Comumente faz-se isto: reúnem-se os quatro anos do Grupo e todos cantam o mesmo hino ou a mesma canção.

Ora, isso aberra de todos os principios de técnica, de método e de doutrina educacionais. Aquilo que interessa a um menino do quarto ano, não interessa ao pequenino do primeiro, e, se as letras se destinam aos alunos adiantados, não estará, é logico, ao nível da intelligencia dos atrasados. Se, ao contrario, os versos se destinam aos pequeninos, tornam-se por demais corriqueiros á intelligencia dos maiores, dando-lhes, por isso, desinteresse e desgosto, má vontade e indisciplina.

Nestes casos, o canto se torna mecanizado, por assim dizer: este ou aquele grupo não sabe o que está cantando.

Disso resulta que a letra de hinos e cantos deve estar sempre de acôrdo com a idade e com a escolaridade do aluno.

Quer para adiantados ou atrasados, antes de ser posto em ensaio um canto qualquer, a letra deve ser prévia e cuidadosamente estudada e interpretada em aula de lingua patria. Feito isso, isto é, interpretada a letra e conhecida a significação de todos os seus vocabulos, passa-se aos ensaios da parte musical.

II

Não vamos doutrinar, sosseguem os que nos lêem. Vamos apenas argumentar . . .

Se a vida do individuo é a recapitulação abreviada da vida da humanidade, como expressa a lei de Fritz Muller; e, se "a criança é e deve ser um bom selvagem", como diz Fer-

rière, todo o ensino deve ser — como aliás o quer a hodierna pedagogia — condicionada á idade da criança.

Se esse principio, no entanto, vige na metodologia de varias disciplinas, tem sido quasi um esquecido no que se refere ao canto. Geralmente, a criança do primeiro ano primario canta o que canta a do quarto ano.

O erro é grande. Não só a extensão da voz dos pequeninos é tambem pequena em relação á dos meninos mais avançados em idade, como ainda o canto destes foge ás condições psicologicas da idade daqueles. Cada etapa biogenetica tem os seus interesses proprios. O canto, não ha fugir, tem que condicionar-se a essa verdade.

A etapa correspondente ao homem primitivo, na historia da civilização, é a vida simples diante da natureza bruta.

O canto nasceu com o homem na propria palavra, no grito, na dôr, na alegria; e o ritmo nasceu com a natureza, no escachoar das aguas, no andar dos animais, no farfalhar das arvores, no bater das asas. E foi assim que Jubal — segundo reza a lenda — poud inventar a harmonia musical, casando o ruído surdo das quedas d'agua, o canto alegre das aves e o tataral ritmo das asas.

Por isso mesmo, a musica primitiva é a voz da propria natureza.

O canto dos pequeninos, sobre dever ter a melodia simples e amena, sempre silabica, deve ser, na sua linguagem, a voz dos animais e a onomatopéia da natureza selvagem e, a pouco e pouco, as canções verdadeiramente populares, aquelas que, mais de perto, exprimem os sentimentos da raça.

III

Não se confunda canção popular com cantos populares. Estes são transitorios: passam logo. Têm a vida curta. Quasi sempre vão de um a outro carnaval. . . Aqueles constituem o forclorismo. Não passam. Ficam para todo o sempre na alma nacional, fazendo a tradição viva do nosso sentimentalismo. Dão aso mesmo a estudo científico, tão ligado estão com a historia, com as origens etnicas e com a filologia.

As canções populares representam um cabedal valioso para o canto infantil, no tocante á parte musical propriamente dita, e do mesmo modo valioso como meio educativo,

uma vez que uma arte nacional já está feita na inconsciência do povo. (MARIO DE ANDRADE, Ensaio sobre musica brasileira).

O populario brasileiro é rico de ritmo e poesia.

A musica brasileira — diz Mario de Andrade — é a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora.

Aproveite-se, pois, o magnifico repositório do folclore nacional. Depois da musica onomatopeica do homem primitivo, deve vir, não resta duvida, a canção cheia de mito e sonho, cheia de lendas e tradições, que é o folclore — verdadeira expressão da alma popular.

Musica suave e leve, não triste, contrariando aquela decantada tristeza dos poetas brasileiros; musica ligeira e pura, sem aquela deliciosa mistura de português, índio e africano, com que o admiravel Bilac cantou a musica brasileira.

IV

Dissemos que o populario brasileiro fornece um cabedal interessante de canções adaptaveis ás escolas. São musicas que exprimem o caráter do nosso povo e, por isso mesmo, se ajustam ás condições da idade infantil.

Basta atentar-se na origem historica da canção popular, que se formou do canto gregoriano modificado pelas dansas locais, para se confirmar a sua adaptação aos primeiros anos das escolas primarias.

Outro merecimento, no entanto, possuem as canções populares: estão quasi sempre aliadas a dansas populares. Ora, a dansa ou o jogo musicado desperta e educam o sentido ritmico da criança e constituem excelentes exercicios ginasticos.

Não bastassem as razões psicologicas da sua applicação ás classes primarias, sós a educação do ritmo e os exercicios fisicos seriam a razão bastante da sua imediata introdução nos cancioneiros escolares.

Assinala Maurice Chevais (Revue "L'école Maternelle Francaise") uma grande semelhança entre a atividade da criança e a dinamica da musica. "A musica — diz aquêl inspetor do ensino da musica em França — é uma arte de ação, de movimento. Tudo se move nela: os sons, com suas modulações, suas escalas tonais ou modais; os acordes com suas posições, transposições, encadeamentos; os ritmos que se mo-

vem no tempo; as voges, com suas articulações, inflexões, ondulações, acentos e intensidades; os timbres, que variam mesmo para cada instrumento ou para cada voz". "A criança — continua — também é atividade, movimento, e nós podemos representá-la como um feixe de nervos, de fibras duma grande variedade, duma grande sensibilidade, capaz de inumeraveis ressonancias. Ora, em cada ressonancia, o organismo tão rico da criança quer entrar em jogo tão completamente quanto possível".

A semelhança é perfeita e a ação fisiologica da musica no organismo infantil, não resta duvida, é a que aí está clara e precisa.

Mais argumentos necessitassemos em abono da tésé e teriamos estas leis de técnica pedagogica: do conhecido ao desconhecido, do concreto ao abstrato...

A canção popular, pela melodia e pelo ritmo, é o conhecido e é o concreto que conduzirão mais tarde as crianças ás noções do desconhecido e do abstrato. Cantada por toda a gente, constitue, por assim dizer, o substratum da alma popular. O ritmo do berço, feito suavemente, e a modulação cheia de afêto das mães propiciam — quem sabe! — o fenomeno da sua permanencia constante na alma da gente...

Faça-se, pois, da canção popular, daquela que é a cantiga permanente da região, da que possua, tanto quanto possível, na sua linguagem silabica a voz da natureza e dos animais, faça-se dessa canção folclorica a iniciação orfeonica das nossas primeiras classes primarias. Nela estão, quasi sempre, a educação do ritmo e, com este, a ginastica musicada.

V

A escolha dos cantos e hinos escolares, nalgumas escolas, não tem obedecido a criterio pedagogico. Péca pela letra e pela melodia.

Tomasse-se por padrão o Cancioneiro e o Hinario organizados pelo Estado, que, em linhas gerais, são obras de

merito, e alguma coisa se teria conseguido. Mas, infelizmente, se esses volumes fornecem uma farta messe de cantos e hinos selecionados, não somente a escolha e a adaptação às classes se têm feito erradamente, como a execução se processa horrivelmente má.

É verdade que a maioria das escolas não possui piano ou outro qualquer instrumento capaz de ajustar a voz das crianças à tonalidade e à extensão próprias; é verdade ainda que na quasi totalidade das escolas que possuem piano este está em tão deplorável estado que melhor seria não possuísem...

Deixemos, no entanto, este comentário para mais tarde. Continuemos a examinar a escolha das peças destinadas ao canto dos nossos escolares.

Os programas de auditórios e festivais que a imprensa estampa frequentemente, nos mostra o dispauteiro que reina na escolha das canções e peças empregadas naquelas atividades educativas. Tangos e maxixes, sambas e extratos de revistas, cuja letra — quem desconhece? — é quasi sempre um atentado à gramática e à moral, são exibidos pelas crianças em atos variados, em representações teatrais e mesmo em auditórios.

Não são só um repositório candente de palavras e termos de baixo calão, como constituem um perigoso entretenimento ao habito da má prosodia e da má gramática. Ajunte-se a essa falta de bom senso e de bom gosto artístico o desprezo pela hygiene de voz infantil, tão delicada que é — e teremos uma obra verdadeiramente dispersiva feita no interior das próprias escolas.

Felizmente — é justo assinalar — essa pratica vai sendo seriamente combatida, mercê da orientação segura e certa do atual Inspetor Geral da Instrução, através do Corpo Técnico do Ensino, órgão controlador e orientador, recentemente creado pela importante reforma Noraldino Lima.

Esse combate, porém, pede remedios mais ativos. Urge que as poucas escolas que têm semelhante orientação compreendam depressa os malefícios dessa pratica e colham em melhores fontes o cabedal para os seus festivais, desprezando de vez as antigas brejeiras dos carnavais e revistas...

(Do "Diário da Tarde").

As nossas estatísticas do ensino primario

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saude Publica).

Pelo Convenio Estatístico de 20 de dezembro de 1931, as estatísticas educacionais brasileiras passaram a organizarse segundo um plano bastante desenvolvido. Obedece agora seu levantamento a uma bem assentada diferenciação de atribuições entre a União e as unidades federadas, tendente a que melhor se aproveitem os esforços das repartições por elas responsáveis e se consigam, em toda a Republica, resultados não só homogêneos, mas perfeitamente coerentes, capazes de exprimir com minúcia e verdade, e numa série de algarismos sem variantes, a situação educacional do país.

As estatísticas de 1932 serão as primeiras executadas segundo os novos padrões fixados. Os respectivos trabalhos segudo, pela Clausula XVI do Convenio, deveriam estar agora concluídos, acham-se, é verdade, algum tanto atrasados, devido não somente à natural inadaptação inicial dos órgãos estaduais executores às suas novas e complexas responsabilidades, mas ainda as dificuldades imprevisivelmente intercorrentes, tais como as perturbações politicas, a seca do nordeste e a perda do material enviado para o Amazonas e o Acre no naufragio do paquete "Jaguaribe".

Pôde-se esperar, porém, com fundamento nas declarações peremptorias de todos os governos regionais e em noticias enviadas pelas repartições compartes na execução do Convenio, que, dentro de um prazo suplementar de trinta a sessenta dias, a contar de 31 de março (data fixada no Convenio), e não sobrevindo novos imprevistos, serão conhecidos os numeros que traduzam em todos os seus detalhes, quanto ao ano findo, a situação brasileira no que concerne aos aspéto educacionais.

Quanto à estatística de 1931, já de alguma sorte regulada, mas não imperativamente, pelo Convenio, só a parte a cargo do Ministério da Educação, isto é, a referente aos ramos do ensino que não o primario, já obedeceu aos novos padrões fixados, justificando essa restrição a impossibilidade — que, aliás, se previra — de subordinarem-se de pronto os órgãos estaduais encarregados da estatística do ensino ao

plano geral a que se coobrigaram pelo instrumento do Convenio.

Esses primeiros contingentes estatísticos, já moldados no Convenio, acham-se quasi prontos, não devendo tardar a sua divulgação. Mas o seu complemento, relativo ao ensino primario, embora na forma ainda muito rudimentar em que os Estados o puderam organizar, está inteiramente concluido. Subordina-se naturalmente a um esquema sumario, registrando apenas, segundo a dependencia administrativa do ensino, o numero de escolas, discriminadas em masculinas, femininas e mistas, e o corpo docente, a matricula geral, a frequencia média e a conclusão de curso, por sexos.

Logo que o trabalho tenha sido aprovado pelo Ministro publicar-se-ão integralmente as competentes tabelas. Neste serviço de comunicados, porém, em que serão expostas, seguidamente e em resumo, as principais características da actual organização do ensino primario publico nas varias Unidades da Federação, já se fará a divulgação dos mais importantes algarismos daquela estatística.

E, como preambulo a essa série de comunicados, vamos desde logo dar a conhecer, embora com a ressalva de alguma possível retificação decorrente de tardia comunicação das repartições apuradoras, alguns numeros globais sobre o ensino geral do primeiro grau, no Brasil, em 1931.

Acham-se computados 28.641 educandarios, onde se ministrava o ensino elementar sem especialização profissional. Eram federais, 10, estaduais, 15.550, municipais, 5.358, e particulares, 7.723.

O respectivo corpo docente constava de 54.334 mestres (13.696 homens e 40.638 mulheres), dos quais, no ensino federal 40, no ensino estadual 29.211, no ensino municipal 8.681 e no particular 16.402.

A matricula geral acusou 2.020.931 alunos (do sexo masculino, 1.079.988 e do sexo feminino 940.943, sendo, nas escolas federais, 2.028, nas estaduais 1.275.786, nas municipais 313.197 e, nas particulares, 429.920.

A frequencia média foi de 826.953 discentes masculinos e 737.569 femininos, ou seja o total de 1.564.522, dos quais, no ensino federal 1.715, no estadual 961.597, no municipal 239.014 e no particular 362.196.

As conclusões de curso não foram além de 122.458, beneficiando a 61.044 educandos masculinos e 61.414 femininos. Tiveram lugar, em estabelecimentos da União, nenhu-

ma; dos Estados 70.787, nas escolas dos Municipios 15.821 e em casas de ensino particulares 35.850.

Dos algarismos mais gerais aqui referidos, comparados entre si e com a população total (em 1.º de janeiro), se deduzem os seguintes resultados proporcionais: habitantes, — por escola 1.448, por docente 763, por aluno matriculado 21, por aluno frequente 27 e por aluno que concluiu o curso 338; alunos, por escola, — matriculados 71, frequentes 55 e que concluíram o curso 4; alunos, por docente, — matriculados 37, frequentes 29 e que terminaram o curso 2; de mil alunos matriculados, — foram frequentes 774 e chegaram ao termo do curso 61; de mil alunos frequentes apenas 78 foram aprovados em exames finais.

O ensino elementar de letras, ministrado em estabelecimentos de finalidade profissional, cujos resultados já se acham tambem apurados, mas ainda sujeitos a alguns esclarecimentos complementares e a umas tantas confirmações, fornecerá um notavel contingente suplementar aos algarismos supra referidos, abrangendo mais de um centena de estabelecimentos, que abrigavam uma população escolar de perto de 20.000 alunos.

Apreeciavel reforço tambem traria aos resultados referidos o computo integral do ensino federal, se ás repartições estaduais organizadoras da estatística não tivessem faltado os competentes dados. A União, de fato, — além de subvencionar 420 escolas estaduais distribuidas pelas zonas colonias dos tres Estados meridionais, 42 escolas (17 estaduais e 25 particulares) situadas nas colonias federais, e 467 escolas particulares a cargo da Confederação Brasileira de Pescadores — custeia directamente o ensino primario, não só em os nucleos do Serviço de Protecção aos Indios (23 escolas), como nas unidades do Exercito, com as escolas regimentais para alfabetização dos recrutas. Ora, o movimento dessas duas ultimas categorias de escolas, cujo trabalho educativo tem bastante significação, não foi computado pelas estatísticas estaduais de 1931, com excepção apenas da de Pernambuco, na parte relativa ao ensino a indigenas.

Cumpre tambem acentuar que os algarismos divulgados ainda se ressentem de outras deficiencias, pois de maneira muito incompleta as repartições estaduais encarregadas da estatística vinham computando o ensino particular, devido á imperfeição dos competentes registros, que só agora estão sendo melhorados segundo o estipulado no Convenio Estatístico.

Por tudo isto, o decrescimo que as estatísticas de 1931 assinalam quanto á matricula, que passou de 2.084.954 no ano anterior para 2.020.931, se em parte ha de ser levado a conta da supressão de escolas, devido á crise que assoberba pais, tambem exprime a menor compreensividade dos algarismos de 1931, no que respeita ao ensino particular, que os Estados arrolam menos rigorosamente do que o fazia o Departamento Nacional de Estatística, e a exclusão dos cursos primarios ministrados em estabelecimentos de ensino profissional, a saber, de trabalhos domesticos, artes e officios, agricultura, marinhagem, etc., ora objecto de estudo separado.

Não comporta esse comunicado, além dessas ligeiras referencias, o comentario propriamente dito da estatística do ensino cujos numeros globais ora se divulgam. Algumas considerações de ordem geral, porém, poderão encerrá-lo.

Dada a extensão actual de nosso ensino primario, a capacidade teórica do aparelho escolar para essa obra educacional não vai além de dez por cento da massa demografica, ou seja pouco mais de quatro milhões de educandos. Se os educandarios de que dispomos já inscreveram mais de dois milhões de discentes, a curva representativa da cultura elemental no seio da comunidade brasileira não tardará que se desenvolva em franca ascensão para além dos 50 % da população total.

Vai nisso, sem duvida, um indice auspicioso. Mas não se rejubile excessivamente a Nação por esse resultado. Examinada a situação mais de perto, as suas cores são ainda demasiado sombrias e conclamam todas as nossas energias para um esforço multiplicado em ordem a dominar o temeroso problema da educação popular.

E' que, dos individuos matriculados nos institutos de ensino geral primario, só auferem de fato, os beneficios da escola 77%, e só conseguem a educação integral do primeiro grau — que ainda é tão desigual e insufficiente — a insignificante quota de 6%. Os restantes alunos frequentes — como já se verificou no Distrito Federal e a estatística de 1932 demonstrará em relação a todo o pais — não vão, na sua quasi totalidade, além do segundo periodo escolar.

Mais precisamente: em cada milhar de brasileiros, dentre os que deviam estar na escola elemental recebendo uma instrução capaz de lhes dar a plena posse dos "instrumentos sociais de trabalho", que condicionam o exito das atividades no mundo moderno, — 513 não ingressam na escola e os 487 restantes se distribuem nesta desoladora escala:

110 matriculam-se mas não frequentam o ensino; 178 frequentam o primeiro ano do curso, não chegando a aprender bem a leitura; 85 frequentam sómente até o segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; 84 vão um pouco mais longe, mas sem concluir os estudos; e 30, apenas, adquirem integralmente a instrução elemental comum, e assim mesmo em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida insuficiencia quanto á profundidade do ensino, pois que este em media não chega a durar quatro anos, sendo ainda ministrado, em grande parte do interior do pais, com os mais anti-pedagogicos requisitos.

Eis porque têm toda razão quantos brasileiros se comovem e se apaixonam com o nosso problema da educação popular. Ele é de fato de veras angustiante, complexo, difficilimo. E os seus termos não são sómente o desdobramento territorial da escola e o aperfeiçoamento da técnica educacional através da formação do professorado. Porque não podem ser tambem esquecidas a duração e a profundidade da atuação escolar.

Ter a Nação bem clara idéa disto já é um grande resultado, pois deste seu estado de conciencia é que depende o surto das energias que ela precisa coordenar organicamente, e com muito senso pratico, para realizar eficientemente a obra educativa que lhe impõem os seus destinos.

O ensino primario no Amazonas

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministerio da Educação e Saude Pública)

O vigente regulamento do ensino primario do Amazonas data de 1932, tendo sido expedido pelo decreto n. 1.267, de 15 de janeiro do referido ano. Integra-se, assim, no sistema de modernos estatutos que refletem, em alguns Estados, o espirito novo insuflado na ordem administrativa pelos mandatarios da revolução de Outubro. Esse, aliás, o pensamento expressamente formulado nos considerando que precederam aquele decreto, quando de sua promulgação, o primeiro dos quais acentua que a "evolução do ensino nestes ultimos anos em que as normas da vida economica, social e politica

se têm modificado, profundamente, determinou outros rumos nos princípios pedagógicos, exigindo novos métodos para tornar mais positiva a eficiência das escolas". O regulamento que baixara com a lei n. 984, de 14 de outubro de 1918, teve de ser revogado porque "estabelecia regras que não mais se coadunam com os preceitos da *escola nova*, e outras que, atendendo às premências económicas do Estado, já-mais puderam ser postas em prática".

Vê-se, portanto, que o atual regulamento se inspira em dois propósitos que muito abonam a administração regional, a saber, adaptar a legislação ao meio a que se destina, e introduzir as inovações realizáveis dentro das possibilidades existentes.

A inspeção técnico-administrativa do ensino primário no Amazonas, afóra a competência geral do Chefe do Estado e do Secretario Geral do Estado, cabe á Diretoria Geral de Instrução Publica, ao Conselho Superior de Instrução Publica, aos Inspectores Escolares e ás Inspetorias Regionais e Distritais. Na Capital do Estado os serviços de inspeção direta constituem atribuição do Inspector do Ensino, nomeado em comissão dentre os professores primários e das Escolas Preparatoria e Normal, que tenham dado prova de competência e dedicação ao ensino. No interior, incumbem aos inspetores ambulantes e ás Inspetorias Regionais e Distritais permanentes. O numero de inspetores ambulantes varia de 2 a 6, sendo este ultimo o de regiões escolares, em que se distribue o territorio para os fins de fiscalização. As Inspetorias Regionais têm as suas sedes nas cidades e vilas do interior e são constituídas por tres pessoas gradas do lugar. As Inspetorias Distritais constam de tres agentes: a autoridade local residente em ponto distante até 5 quilometros das sedes das escolas, se houver, e dois pais de familia. Consta ainda da organização educacional amazonense um serviço de inspeção sanitaria a cargo de medicos escolares, designados dentre os profissionais do Serviço Sanitario do Estado, investidos de amplas atribuições no que respeita á vigilância dos educandarios e das classes docente e discente, em beneficio da população infantil.

De conformidade com o artigo 2.º do Regulamento de Instrução Publica, o Governo do Amazonas deverá organizar cursos completos de ensino primario, secundario e profissional, administrados:

- a) nas escolas primarias e estabelecimentos equiparados;
- b) no Ginasio Amazonense "Pedro II";

c) nas Escolas Preparatoria (Curso Anexo) e Normal, nas que a estas forem equiparadas, no Instituto "Benjamin Constant", e na Escola de Comercio "Solon de Lucena".

As escolas primarias e estabelecimentos equiparados irão um curso de 5 anos a crianças nacionais e estrangeiras, de 6 a 14 anos, subdividindo-se o referido curso em uma parte "elementar", de tres anos, e em outra, "definitiva", de dois anos. Ambos esses cursos serão ministrados numa seriação rigorosamente pedagogica, em grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas, mediante os programas proprios, revistos anualmente. O curso elementar compreende a instrução popular, abrangendo todas as noções praticas indispensaveis a esse ensino. O "curso definitivo", terminal do ensino primario, tem por fim desenvolver e ampliar o ensino do curso elementar e preparar o aluno para o ingresso na Escola Preparatoria, anexa á Escola Normal.

O ensino primario, no Estado do Amazonas, é obrigatorio para todas as crianças de 6 a 14 anos de idade, com exceção das que soffrerem de doenças contagiosas ou que tenham defeito fisico ou mental que as inhíba de frequencia escolar. Não prevalece tambem a obrigatoriedade de frequencia escolar no caso de crianças residentes em lugares muito afastados da sede das escolas ou que já tenham concluido o curso elementar. Nas escolas de cada sexo admitem-se alunos até 16 anos, maximé sendo analfabetos. As crianças de 13 anos completos que não sabem lêr terão mesmo preferencia, onde houver excessiva concurrencia á matricula, nas escolas primarias.

As escolas, quanto ao regime, classificam-se em isoladas, reunidas, agrupadas. Duas ou tres escolas proximas, da mesma entranca, podem passar a funcionar em um só predio, sob uma direção disciplinar comum (reunidas); 4 ou mais escolas de 2.ª ou de 3.ª entranca podem ser respectivamente *agrupadas* seguindo o regime administrativo e didatico de grupos escolares de 1.ª entranca. A criação de um grupo escolar exige a existencia de, pelo menos, 4 escolas, com frequencia de 120 alunos, predio apropriado e mobiliario sufficiente. A manutenção de uma escola em qualquer localidade será assegurada por uma frequencia média annual superior a 20 alunos e matricula nunca menor de 30. A classificação por entranças applica-se a todas as escolas publicas isoladas, reunidas ou agrupadas e depende da situação: 1.ª entranca — capital; 2.ª — cidades; 3.ª — vilas e povoados.

Segundo o sexo dos discentes distribuem-se ainda as escolas publicas primarias do Estado em masculinas, femininas e mistas. Os grupos escolares da Capital e do Interior serao de preferencia mistos, e as escolas isoladas, quando unicas na localidade onde funcionam, terao o mesmo caracter.

As aulas publicas diurnas funcionarao de 7 as 11 horas, e as noturnas, de 19 as 21 horas, exceto aos sabbados.

O regulamento do decreto n. 1.267 manteve expressamente o Jardim da Infancia "Visconde de Maua", anexo ao grupo escolar "Barao do Rio Branco". Nos seus artigos 283 e 284 estatue a orientacao do ensino pre-primario a cargo dos Jardins de Infancia e das Escolas Maternais, destinadas as crianas de 4 a 6 anos. Essas instituicoes reger-se-ao pelos metodos prescritos para os "kindergarten", combinando-se os sistemas de Froebel e Montessori, feitas as adaptacoes aconselháveis, tendo em vista o clima e o discipulado.

E' inteiramente livre o ensino primario particular, desde que sejam obedecidas as condicoes exigidas para o registro obrigatorio dos educandarios. Essas condicoes visam facilitar a fiscalizacao dos estabelecimentos no que concerne a idoneidade do professorado e dos programas, a moralidade e a saude dos discentes.

No tocante as instituicoes auxiliares do ensino, o regulamento amazonense prescreve a animacao ao escotismo e provê a instituicao de Bibliotecas e Museus Escolares, de Caixas Escolares, de Circulos de Pais e Professores, de Ligas de Bondade e de Cursos de Férias para aperfeicoamento do professorado. Como medidas complementares para a boa organizacao educacional estipula ainda a publicacao de um Anuario do Ensino e a realizacao biennial de um recenseamento escolar. Cogita da incorporacao, ao sistema estadual, das escolas municipais, e estabelece para as Prefeituras e Delegacias Municipais a obrigacao de concorrerem com 10% de suas rendas para o Tesouro do Estado, que devera utilizar os recursos resultantes dessa contribuicao na construcao de casas para escolas, criacao de novos educandarios e melhoria do aparelhamento escolar.

Segunda dados fornecidos pela Diretoria de Estatistica, Biblioteca, Arquivo e Imprensa Publica do Amazonas, a despesa com a instrucao publica do Estado para o exercicio de 1931 foi orçada em 1.715:532\$000, a que correspondem, na despesa obrigada, o total de 1.602:374\$820. Na despesa fixada destinavam-se a instrucao primaria propriamente dita, sem incluir a previsao dos gastos com a Diretoria Geral de

Instrucao Publica, 1.241:372\$000, tendo atingido a 1.138:079\$322 a despesa efetuada com a manutencao daquela parte do ensino. O movimento do ensino primario no referido ano, ressalta dos algarismos seguintes:

Escolas — 435 (estaduais — 306, municipais — 40 e particulares — 89), sendo 21 masculinas, 23 femininas e 391 mistas;

— docentes — 537 (estaduais — 306, municipais — 43 e particulares — 183), dos quais 135 homens e 402 mulheres; — matricula — 19.375 (nas escolas estaduais — . . . 13.285, nas municipais — 1.492 e nas particulares — . . . 4.598), cabendo 9.525 ao sexo masculino e 9.850 ao sexo feminino;

— frequencia — 12.869 (no ensino estadual — 8.515, no municipal — 897 e no particular — 3.457), contribuindo para o total com 5.636 unidades o sexo masculino e 7.233 o sexo feminino;

— conclusoes de curso — 8.217 (nos educandarios estaduais — 5.177, nos municipais — 503 e nos particulares — 2.537), sendo 3.737 masculinas e 4.480 femininas.

Ensino primario na Baía

(Comunicado da Diretoria Geral de Informacoes, Estatistica e Divulgacao, do Ministerio da Educacao e Saude Publica).

Numerosos sao os textos legislativos e regulamentares relativos a organizacao do ensino no Estado da Baía. Entre os estatutos em vigor, cumpre assinalar a lei n. 1.846, de 14 de Agosto de 1925, que foi a mais extensa e progressista de quantas se promulgaram naquela unidade da federacao, na vigencia do regime republicano, e imprimiu vida nova as atividades educacionais do Estado, adaptando a sua organizacao didática, tanto em pessoal como em material, as exigencias da pedagogia moderna. Essa memoravel reforma, que foi completada com o regulamento aprovado pelo decreto n. 4.218, de 30 de Dezembro do referido ano, subsiste em suas grandes linhas, embora modificada por dispositivos de leis ulteriores. Entre estas, occorre citar: a lei n. 2.232, de 20 de Dezembro de 1929; o decreto n. 7.163, de 31 de Dezembro de 1930; o decreto n. 7.868, de 18 de Dezembro de 1931, que alterou a

legislação anterior, especialmente na parte concernente à administração central do ensino; e o decreto n. 8.227, de 27 de Dezembro de 1932, que elevou a Departamento da Instrução Pública a antiga Diretoria Geral de Instrução.

Cogita-se presentemente, no Estado, de reunir os dispositivos esparsos em vigor, integrando-os numa consolidação que os harmonize, fazendo desaparecer os inconvenientes oriundos do carácter fragmentário da legislação atual.

Na vigência da reforma de 1925, a frequência escolar era obrigatória para as crianças de 7 a 12 anos, excetuando-se as residentes nos lugares afastados de mais de 2 quilômetros das escolas, as que sofressem de moléstia contagiosa ou repulsiva, as incapazes física ou mentalmente (até que se criassem as escolas para anormais previstas na lei) e as indigentes, enquanto não dispusessem do vestuário indispensável.

A lei n. 2.232, que não foi, aliás, regulamentada, modificou a idade para a frequência escolar obrigatória, fixando-a entre os extremos de 7 a 14 anos.

Sem falar nos benefícios que realizou no tocante à melhoria do aparelhamento escolar, que fôra até então reduzidíssimo, e na remodelação completa dos métodos e programas do ensino, colimou a reforma de 1925 maior precisão nas exigências do registro dos educandários mantidos pela iniciativa privada, a maior eficiência da fiscalização escolar, a instituição do serviço médico em termos de exercer uma ação verdadeiramente útil na defesa da população infantil e a avocação da instrução municipal que passou à direção geral, superintendência e fiscalização do governo do Estado.

A alta responsabilidade pelos destinos da instrução pública na Baía é conferida nas leis orgânicas ao Chefe do Executivo estadual, interessando duas secretarias, a de Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública, da qual depende o Departamento da Instrução Pública, e a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio, esta, no que diz respeito às várias modalidades do ensino profissional, em cujo funcionamento exerce também a sua interferência.

Os serviços do Departamento de Instrução se distribuem por duas secções, sendo uma técnica e de estatística, e outra administrativa, cabendo á primeira, na fôrma do art. 2.º do dec. n. 7.868, além da responsabilidade pelos registros numéricos subentendidos pela sua denominação, "orientar e inspecionar os serviços do ensino público e particular primário, normal e profissional".

A fiscalização do ensino, a cargo da secção técnica, tem como agentes o corpo de inspetores, os delegados escolares residentes e os Conselhos Escolares dos municípios.

Os inspetores são admitidos mediante provas especiais de idoneidade técnica; os delegados escolares, da confiança do Director da Instrução, são preferentemente, escolhidos na magistratura e no ministério público dos termos judiciários, podendo ser assistidos por fiscais do ensino nos distritos, povoados e arraiais. Os Conselhos Escolares constituem-se das duas principais autoridades do executivo e do judiciário de cada município, do representante do ministério público local e de 5 pais de família.

Nos termos do regulamento de 1925, o ensino público primário devia compreender, no Estado da Baía, os cursos infantil, primário elementar, primário complementar e primário superior. O ensino infantil seria ministrado nos jardins de infância (crianças de 3 a 7 anos) e nas escolas maternas (crianças de mais de 2 e de menos de 7 anos); o ensino primário elementar, num curso de 4 anos, nas escolas elementares urbanas e de três anos nas escolas rurais; o ensino complementar, num curso de 2 anos, nas escolas complementares anexas ás escolas normais ou nos dois primeiros anos das escolas primárias superiores; o ensino primário superior, num curso de três anos, com carácter acentuadamente vocacional, aos jovens de mais de 11 e de menos de 18 anos.

Atualmente, ha uma escola de ensino primário superior funcionando na cidade de Cachoeira, e o ensino primário apresenta as modalidades seguintes: o *elementar*, que corresponde ao fundamental primário; e o *fundamental*, que é mais ou menos o complementar da classificação mais geralmente adoptada pelo governo da União e consagrada pelo Convenio estatístico de 1931. Os cursos infantis e elementares anexos ás escolas normais funcionam como escolas de aplicação.

Os tipos de escolas, segundo o sistema de 1925, apresentavam como modalidade as *escolas isoladas*, as *escolas reunidas* e os *grupos escolares*. A lei n. 2.232 dividiu as escolas em duas categorias — urbanas e rurais — não se referindo explicitamente ás escolas combinadas que, por exceção, ainda se mantem em alguns municípios do interior, até que a consolição das leis vigentes venha resolver esse ponto duvidoso da legislação escolar.

As escolas urbanas funcionam nas cidades e vilas. As escolas da Capital do Estado classificam-se em escolas do 1.º, 2.º e 3.º "quadros", conforme os vencimentos dos professores,

e as do interior distinguem-se, por sua vez, em três "classes", de acôrdo com a remuneração e as condições de admissão do professorado. Distribuem-se ainda praticamente os educandários em escolas de um e de dois turnos, conforme os períodos de funcionamento diário. Nas primeiras, o turno vai de 8 às 12 1/2 horas; nas segundas, estende-se de 8 às 12,15 o da manhã e de 12,45 às 17 horas o da tarde.

As escolas primárias urbanas, na forma do decreto n. 2.232, devem manter um professor para cada classe de 40 alunos. No regime do regulamento de 1925 haveria 2 docentes, inclusive o catedrático onde a frequência não excedesse de 80 alunos, e, daí por diante, tantos auxiliares quantos os grupos de 30 alunos excedentes àquela frequência.

Como critério para justificar a criação de novas escolas primárias, o decreto n. 4.218, de 1925, estabeleceu a existência de, pelo menos, 50 analfabetos nas áreas com um raio de, pelo menos, 50 quilômetros. O ensino para débeis é ministrado em escolas ao ar livre mantidas pelo Serviço de Higiene Escolar em combinação com o Departamento de Instrução Pública.

A idade mínima para a admissão nas escolas é a de 7 anos no curso primário e a de 3 no curso infantil. Nos cursos noturnos são obrigados à frequência escolar os maiores de 12 anos e menores de 18, sendo facultativa a matrícula aos maiores de 18.

São em grande número os modestos museus escolares existentes nos educandários públicos, os quais dispõem também de pequenas bibliotecas. O número de prédios escolares adquiridos por diversos meios, a partir de 1925, tem aumentado consideravelmente. As escolas públicas primárias não dispõem, em geral, de aparelhos para projeções luminosas cujo uso se acha, porém, muito difundido no ensino particular. Operam no Estado mais de 80 caixas escolares, quasi todas funcionando em estabelecimentos públicos, embora sem auxilio do Govêrno, graças à abnegação do professorado. Essas instituições prestam grandes serviços distribuindo auxilio para a alimentação das crianças pobres (copos de leite, sopa e merenda escolares) e mesmo para o vestuário.

Um decreto de Dezembro do ano passado, confirmando a lei de 1925 e o pensamento dos responsaveis pelo ensino, desde os primórdios do regime republicano, restabeleceu o imposto de capitação para o Fundo Escolar, o qual será constituido da contribuição anual de dez mil réis e recairá em

todas as pessoas naturais, maiores de 21 anos, ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, exercendo a sua atividade no Estado.

E' livre, na Baía, o exercicio do magistério particular, devendo, todavia, as escolas que se fundarem obedecer às prescrições estabelecidas na lei para garantia de fiscalização quanto à idoneidade moral dos professores, à higiene, etc. O ensino, com exceção do de linguas estrangeiras, deverá ser ministrado em vernáculo. O ensino de linguas estrangeiras às crianças menores de 10 anos só poderá ser dado no domicilio do aluno e nas escolas frequentadas unicamente por crianças estrangeiras.

E' obrigatorio em todos os cursos primários particulares o ensino de português, corografia, e história do Brasil e educação cívica.

O movimento do ensino primário geral, na Baía, segundo os elementos colhidos no inquerito estatístico de 1931 ou admitidos para suprir as lacunas inevitáveis quanto a alguns registros, exprime-se pelos algarismos seguintes:

Escolas — 2.052 (estaduais — 1.537 e particulares — 515), das quais 343 masculinas, 304 femininas e 1.405 mistas).

Professorado — 2.776 docentes (1.932 no ensino estadual e 884 no ensino particular), sendo 419 homens e 2.357 mulheres.

Alunos matriculados — 102.526 (no ensino estadual — 79.731 e no particular — 22.795), cabendo ao sexo masculino 54.469 e ao feminino 49.057.

Alunos frequentes — 76.916 (no ensino estadual — 58.646 e no particular — 18.270), sendo 39.744 do sexo masculino e 37.172 do sexo feminino.

Alunos que concluíram o curso — 2.986 (no ensino estadual — 2.284 e no particular — 702), contribuindo, para o total, o sexo masculino com 1.411 discentes, e o sexo feminino com 1.575.

Segundo dados de procedencia federal a despesa fixada com a instrução pública na Baía para o exercicio de 1931 elevou-se a 10.496 contos, incluidos na despesa geral do Estado, orçada em 71.211 contos.

Para custeio da instrução e segurança públicas concorram os municipios baianos com 15 por cento de suas rendas.

O ensino rural no Ceará

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública).

A excelente revista "Educação Nova", cujo primeiro numero foi publicado no Ceará em junho do ano passado, divulgou interessantes algarismos sobre o movimento do ensino publico primario daquela unidade da Federação, relativamente ao ano de 1931.

Elevou-se a 543 o numero de estabelecimentos de instrução que funcionaram no periodo a que se refere a estatística, num total de 1.935 classes, com 892 professores e 38.427 alunos matriculados, dos quais 16.598, do sexo masculino, e 21.829, do sexo feminino. A frequencia média atingiu, naquele ano, a cifra de 24.134 alunos, subindo na Capital à relação de 70 % das matrículas e a 60 % nos municípios do interior. O total de alunos que aprenderam a ler durante o ano elevou-se a 8.076 crianças, e completaram o curso primario 1.293. O aparelhamento escolar foi aumentado em 1931 com 44 novas escolas.

Os progressos educacionais no Estado do Ceará evidenciam-se por esta simples indicação de algarismos. A publicação da revista escolar já é por si só um índice expressivo da vida nas esferas responsaveis pela educação do povo, e a divulgação de uma estatística bem elaborada, em tempo oportuno, revela a boa organização dos aparelhos de registro, cujo funcionamento regular condiciona o controle seguro das atividades escolares, constituindo a unica base para o estudo e aplicação de novos melhoramentos na distribuição dos educandários e dos recursos que lhes devem ser atribuidos.

Quanto ao ensino propriamente dito, considerado na suas virtualidades praticas como instrumento de habilitação para a vida ativa, desde a reforma de 1923 a instrução pública do Ceará evolue no sentido de uma adequação cada vez mais sensível às necessidades que tem em vista atender.

Um índice auspicioso dessa tendencia tivêmo-lo recentemente nas declarações formuladas perante a 5.ª Conferencia Nacional de Educação pelo professor Moreira de Sou-

za, atual Diretor da Instrução Pública naquela unidade nordestina, a proposito do ensino rural.

Segundo informou a referida autoridade, cogita o governo Regional da instalação de escolas normais para formação de professores rurais e, mediante acôrdo entre a Diretoria de Instrução e a Inspetoria Agricola Federal, deverá instituir, desde já, o ensino pratico da agricultura nas escolas públicas.

Nos termos desse entendimento, estabelecido como medida de emergencia, na expectativa de uma organização definitiva do ensino rural, a Inspetoria Agricola prestará o auxilio seguinte: a) assistencia e direção técnica dos trabalhos por intermédio do inspetor agricola ou de seus ajudantes, com o concurso direto do arador da Inspetoria; b) o ensino da agricultura, por meio de preleções elucidativas do trabalho pratico; c) o fornecimento, no periodo das demonstrações, das maquinas e utensilios agricolas necessarios aos trabalhos culturais, com cujas diversas fainas os alunos se familiarizarão praticamente; d) o fornecimento de sementes, mudas, adubos, inseticidas, conforme suas possibilidades, para a cultura, exercicio e prática dos educandos.

A escola ou grupo escolar fornecerá: a) um terreno no perfmetro da área escolar ou em sua proximidades, a juizo do Inspetor e seus ajudantes; b) um abrigo seguro para o material da Inspetoria em serviço da escola ou grupo; c) o estrume de curral ou a materia que o substitua, quando julgados indispensaveis.

O produto das colheitas, deduzidas as despesas com os trabalhadores e animais necessarios, revertêrã em beneficio da Caixa Escolar da escola cooperante.

O movimento economico do serviço será submetido a um registro rudimentar de contabilidade, executado de maneira que os alunos se intêrem de todo o seu macanismo e do seu alcance pratico.

Ainda por força do acôrdo estabelecido, tendo os alunos parte direta e ativa no trabalho de organização, se instalará um horto onde serão cultivadas as principais especies da flora do nordeste brasileiro, as que mais de perto se relacionam com a economia da zona flagelada pelas sécas: cactos, canafistula, juazeiro, carnaubeira, macambira, etc.

Frutifique o exemplo do Ceará e o Brasil terá encaaminhado, assim, ôtimamente, a solução de um dos pontos capitais de seu problema educacional.

A escola oportuna de Denver

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações e Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública).

Um dos últimos comunicados distribuídos pelo Bureau Internacional de Educação, em Dezembro do ano passado, divulga, baseado em informações da Associação Americana para Educação de Adultos, uma interessante notícia sobre a Escola de Oportunidade de Denver, no Colorado. Tem esse instituto por objetivo principal facilitar, pela instrução adequada, facultada aos sem trabalho, a solução do problema da desocupação, talvez o mais grave e mais premente de quantos concorrem para a temerosa crise em que se debate o mundo contemporâneo.

Para atingir essa finalidade, propõe-se a escola de Denver a manter a moral dos trabalhadores transitoriamente desocupados e a assegurar aos definitivamente desempregados, cada vez mais numerosos, uma nova reclassificação sob o ponto de vista econômico, social, intelectual e moral, promovendo o aperfeiçoamento das qualidades que condicionam a eficiência individual sob esses diferentes aspectos. A obra compreendida nesse sentido é completada com a do aperfeiçoamento dos trabalhadores em atividade, de modo a prevenir o risco de desocupação a que estão sujeitos os menos capazes no regime de intensa concorrência gerado pela crise universal do trabalho.

Deve-se a idéia da fundação da escola de Denver ao espírito observador de uma mulher, Miss Emily Griffith, professora primária em um dos quarteirões industriais daquela cidade, habitado por imigrantes estrangeiros. Visitando frequentemente as famílias de seus alunos, teve aquela educadora ensejo de assistir a dolorosos quadros de penúria e de verificar ser a ignorância o grande fator do estado de abatimento e desespero em que se encontravam os lares visitados.

Verificou que o motivo habitual da miséria notada era a desocupação dos chefes da família, proveniente, em regra, de fato de não terem eles recebido o preparo conveniente para exercerem uma ocupação determinada, ou da circunstância, quando possuíam qualquer habilitação profissional, de não ter esta aplicação e não lhes ser possível encaminhar para outras especialidades, a que se sentiam

alheios a sua atividade. Imigrantes havia que se viam impedidos de conseguir emprego, por não saberem falar, ler e escrever o inglês. "Se todos esses infelizes", ponderou a benemérita educadora, "pudessem adquirir a instrução ou a técnica que lhes faltam, estariam salvos".

Inspirada por essa idéia, tratou de reunir os adultos que a preocupavam e discutiu longamente com eles, em repetidas conferências, todos os aspectos do problema. Empreendeu, em seguida, junto aos empregadores, chefes do movimento sindicalista, organizações de assistência social e autoridades competentes, uma campanha em favor do seu projeto.

Obtido o assentimento dos responsáveis pela instrução para uma tentativa de ensaio, a Escola de Oportunidade iniciou os seus cursos em Setembro de 1916, na sede de um estabelecimento escolar não provido, situado, em pleno quarteirão das usinas. Esperavam-se, no máximo, algumas centenas de matrículas. Logo no primeiro ano registraram-se 2.398. Em 1931 foram recusados mais de mil candidatos à inscrição, por estar excedida a lotação da escola.

A frequência média diária, que era de 1.186, em 1916, elevou-se a 3.875 em 1931.

Exetudados os sábados e domingos, os cursos funcionam ininterruptamente das 8 horas às 21.15.

Os programas apresentam a flexibilidade conveniente, procurando-se adaptá-los às circunstâncias e às necessidades dos discentes e "não desanimar a ninguém". A idade dos alunos varia entre 13 e 78 anos, sendo mais intensa a frequência no grupo compreendido entre 20 e 29 anos de idade.

No exercício de 1929-1930 as despesas com a Escola de Oportunidade se elevaram a \$226.930,50, dos quais 199.254,00 provinham de taxas cobradas pela administração local. O restante representava o produto de diversas subvenções, inclusive a federal, de que goza o instituto, da venda de objetos fabricados na escola e de donativos de várias procedências.

Desenvolvendo paulatinamente o plano de sua obra educativa, conseguiu o estabelecimento ministrar os seguintes cursos do seu programa atual: 1) cursos profissionais diurnos e noturnos, elementares e adiantados; 2) cursos comerciais diurnos e noturnos para adultos; 3) cursos de instrução geral para adultos; 4) curso de instrução geral para rapazes; 5) cursos de instrução geral para moças; 6) cursos de inglês e de instrução cívica para estrangeiros; 7) cursos

destinados a moças indisciplinadas; 8) cursos diversos (química industrial, vendedores de armazem, elocução, etc.).

A Escola de Oportunidade tem uma divisa que define expressivamente o seu programa de ação: — "You can do it!" Miss Griffith resumiu nestas breves palavras, dirigidas aos desamparados de todas as profissões, o pensamento cristalizado na benemérita criação de seu altruismo: A fé na natureza humana e no poder da educação e a necessidade de justiça para inumeros individuos relegados ás mais infimas situações da escola social, por falta de uma oportunidade de revelarem, graças á cultura indicada em cada caso particular, a sua verdadeira personalidade.

Origem: Doação

Preço: —